

ISTOÉ

Edição 17 - 26/12/25

BRIOS RETROSPECTIVA #COP30

2025

Os fatos, os personagens, as polêmicas e as tendências que marcaram o ano

[illegible]

ISTOÉ

Edição 17 - 26/12/25

BRIOS RETROSPECTIVA #COP30

2025

Os fatos, os personagens, as polêmicas e as tendências que marcaram o ano

[illegible][illegible]

ISTOÉ

Edição 17 - 26/12/25

BRIOS RETROSPECTIVA #COP30

2025

Os fatos, os personagens, as polêmicas e as tendências que marcaram o ano

[illegible]



WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO

Bolsonaro mostra a tornozeleira que teve de usar em julho, por decisão do STF

Índice

3 ENTREVISTA

6 BRASIL

22 ECONOMIA

25 INTERNACIONAL

33 SAÚDE

35 GENTE

37 ESTILO DE VIDA

38 ENTRETENIMENTO

40 MEMÓRIA

43 O MELHOR DAS REDES



MARK GARTENJUN PHOTO

Trump acompanha discurso de Lula na ONU



FREEPICK

Canetas emagrecedores deram o que falar



DIVULGAÇÃO

Ocaminho de "Ainda Estou Aqui" ao Oscar

Expediente

ISTOÉ
publicações

ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.

CEO E DIRETOR EDITORIAL
Daniel Hessel Teich

ISTOÉ

EDITORA EXECUTIVA
Lena Castellón

DIRETOR DE ARTE
Alexandre Akermann

DESIGNER
Mayara Novais

DIRETOR DE MERCADO
LEITOR E LOGÍSTICA
Edgardo A. Zabala

www.istoe.com.br

Instagram
[@revistaistoe](https://www.instagram.com/revistaistoe)

YouTube
[m.youtube.com/@revistaISTOE](https://www.youtube.com/@revistaISTOE)

X
[@revistaISTOE](https://twitter.com/revistaISTOE)

TikTok
[@revistaistoe](https://www.tiktok.com/@revistaistoe)

LinkedIn
<https://www.linkedin.com/company/istoe/>

Redação e correspondência
Rua Iguatemi, 192, 19º andar, Itaim Bibi,
São Paulo, SP, CEP 01451-010

ISTOÉ - A SEMANA é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)



“A PEC da Blindagem foi enterrada no Senado porque as pessoas foram para a rua”

LEONARDO MONTEIRO/ISTOE

O Congresso é mais importante do que o presidente

A deputada Tabata Amaral (PSB-SP) diz que é a minoria quem vota contra temas como PL da Dosimetria. Ela defende: “é preciso mudar o Congresso em 2026”

Com o projeto que reduz penas dos condenados pela trama golpista aprovado na Câmara e no Senado em dezembro, a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) avalia que a atuação do Congresso produz mais impacto do que a Presidência da República, hoje ocupada por Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para Tabata, a mobilização popular se tornou o único caminho para reequilibrar as forças — como aconteceu

com a PEC da Blindagem, amplamente rejeitada nas ruas e derrubada em setembro no Senado. Outro caminho é “mudar mesmo” a composição do Legislativo em 2026. Tabata aborda ainda os detalhes do novo Plano Nacional de Educação, do qual foi presidente da comissão, e defende que seu partido trabalhe por um projeto de país que “não seja sobre uma pessoa”.

Leonardo Rodrigues

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado na Câmara prevê até 10% de investimento do PIB para a área. A versão anterior do PNE também estabeleceu essa meta, mas o investimento estacionou nos 5%. Por que confiar que desta vez ela será cumprida?

Estamos falando de um plano para a educação brasileira nos próximos dez anos. O Brasil não gosta muito de se planejar, mas esse é um instrumento fundamental. As nações mais desenvolvidas têm planejamento de 10, 25, 50 anos, e elas entendem que educação é fundamental, tanto para o social quanto para a economia. Quando eu fui convidada para presidir essa comissão [do PNE], hesitei por um momento, porque gosto de coisas concretas. Para que esse plano seja de fato diferente, o primeiro ponto foi ter um olhar para as metas que não fosse só teórico. Fizemos questão de rodar o Brasil, foram 27 seminários estaduais para ouvir professores, diretores, pais e alunos e estabelecer metas que falassem do chão da escola. São mais de 70, que incluem a alfabetização até o primeiro ano, a escola em tempo integral, a inclusão do aluno com deficiência. Enfim, olhamos para cada meta com base na realidade. Mas de nada adianta um plano belíssimo que é só isso. Então, compramos briga em Brasília para estabelecer um monitoramento da evolução de cada uma das metas por município, estado e nação, o que nunca aconteceu, e vamos responsabilizar os gestores [pelo estágio do cumprimento]. Os 10% de financiamento são um objetivo político, que entendemos ser necessário para levar a educação a um patamar muito diferente. Entendemos que, para fazer o mínimo, precisamos levar o investimento de pouco mais de 5% para 7,5% [do PIB].

O texto aprovado excluiu a liberação do ensino domiciliar, o homeschooling, e o financiamento de vouchers para a matrícula de alunos nas particulares. A senhora é contrária a essas propostas?

Sou contra o homeschooling. É uma prática que aumenta os dados de violência contra as crianças, especialmente sexual. Em um país tão pobre e desigual, a escola é um refúgio; a

maioria das denúncias de violência contra a criança são feitas dentro delas. Não tenho a menor dúvida de que nós não vamos conseguir garantir os direitos de toda criança que não estiver matriculada na escola, e nosso papel é protegê-las. Essa é a posição da Tabata, que não cabe ao PNE. Quando a gente fala de voucher, além da minha posição contrária, se trata de uma proposta inconstitucional. O voucher é pegar o investimento que você faz por aluno na escola pública e dar aos pais ou à família para a matrícula em uma escola privada. A nossa Constituição não permite que se dê um valor maior do que o investido na escola pública, onde o investimento por aluno é baixo, de R\$ 300 a R\$ 400 por mês. Naturalmente, um voucher com esse valor é insuficiente para a matrícula em escolas de boa qualidade, que custam R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, até R\$ 10 mil.

Em 2025, o uso de celulares em escolas e a monetização de conteúdos de menores nas redes foram proibidos. O ano foi positivo para a educação brasileira?

É difícil falar que o ano foi positivo para as crianças do Brasil porque houve um aumento dos casos de violência contra elas, o que representa uma falha nossa como país. Mas estou esperançosa, porque foi o primeiro ano cheio do Pé-de-Meia, projeto que tenho mais orgulho de ter escrito, com quatro milhões de jovens [beneficiados] e índices positivos de participação e notas no Enem. É uma juventude que está ingressando no ensino superior, no ensino técnico e no mercado de trabalho. Além disso, vamos terminar o ano com Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação. São duas coisas que não viralizam, mas mostram que planejamento e gestão trazem avanços. E se as redes sociais viraram um refúgio para pedófilos e crimes contra a criança, o Congresso respondeu. Enfrentando muita resistência e lobby, conseguimos tirar os celulares das escolas. Defendo a regulação das redes sociais e a proibição de que crianças as utilizem, como na Austrália e em vários outros países, mas ainda não conseguimos fazer esse debate no Brasil.



LEONARDO MONTEIRO/ISTOÉ

Como debater regulação das redes sociais sem propor censura?

Esse é o debate que importa: como proteger o direito constitucional de cada pessoa se manifestar livremente e também o de que nossas crianças não sejam vítimas de abuso ou aliciadas para atacar uma escola. O PL das Fake News, do qual sou autora, tramita há seis anos sem votação porque o lobby contrário das empresas [proprietárias das plataformas], com receio de perder lucro ao se enquadrar a algumas regras, impede. O papel da regulação não é olhar para o que um usuário escreve na rede social, não há qualquer discussão sobre a opinião política ou gosto das pessoas. O que precisamos regular é a transparência do funcionamento. Para dar um exemplo, há vários perfis falsos que usam o rosto do [médico] Drauzio Varella para divulgar remédios; eles são verificados e tem conteúdo monetizado, ou seja, um criminoso colocou dinheiro e concedeu seus dados à plataforma, mas mesmo com as denúncias e processos movidos pelo doutor Drauzio, nenhum desses perfis é derrubado. Não se trata de liberdade de expressão, mas do rosto de uma pessoa sendo usado para enganar outras. Quem faz isso tem de ser responsabilizado e, na rede social, isso não acontece.

Outro projeto seu, o Prever, com relação a políticas de prevenção a ataques em escolas, está parado no Congresso. Há perspectiva de avanço nessa pauta?

O maior desafio é essa polarização extremada, que emburrece. Pouco depois de uma série de ataques terríveis a escolas que ocorreram no Brasil, foram apresentados vários projetos super populistas, que viralizam, mas não resolvem nada. Nós construímos projetos que dão mais trabalho e efetivamente funcionam. A prioridade é a regulação das redes sociais. Não é possível que uma plataforma tenha conhecimento de um grupo que alicia menores de idade para atacar uma escola e esse grupo não seja derrubado. O governo tem de ser notificado e, como segundo ponto, investir em inteligência para ter capacidade de chegar antes de a tragédia acontecer. Por fim, a necessidade de investimento em saúde mental. Tem algo de errado quando há tantos casos de suicídio de crianças e adolescentes. É preciso haver cultura de paz nas escolas, combate a bullying, mas promover uma discussão estruturante como essa não viraliza e, portanto, não tem espaço no plenário [da Câmara]. O que tem espaço são as balas de prata, a PEC da Blindagem, o aumento de deputados.

Passamos por um momento de atuação dos parlamentares em causa própria, motim na Câmara e deputados condenados pelo STF. É possível acreditar no bom trabalho do Legislativo pelo país?

Se não acreditasse, não estava me sacrificando nessa política maluca. Sou filha de uma diarista e de um cobrador de ônibus, vista como alguém que não tem “pedigree político” pelo Valdemar Costa Neto [presidente do PL], e consegui aprovar mais de 20 projetos que viraram lei nos meus dois mandatos. Diziam que eu iria me corromper ou ser engolida, e aprovamos o Pé de Meia, o absorvente nas escolas, a ampliação da licença-paternidade e o Pix Pensão para as mães que não recebem pensão alimentícia para seus filhos. É custoso, tem sacrifício, mas é possível. Mas não existe salvador da pátria. É preciso um conjunto de pessoas para mudar a realidade. Hoje, sou minoria no Congresso. Voto contra o fundo eleitoral, o aumento de deputados, a PEC da Blindagem, o PL da Dosimetria, mas somos minoria. Quando a gente consegue reverter isso? Quando as pessoas vão para a rua. A PEC da Blindagem foi enterrada no Senado porque as pessoas foram para a rua. Para não ter de ir à rua todo final de semana, é preciso mudar o Congresso em 2026. O desafio é que serão seis votos, de deputado estadual e presidente, e a chance de que as pessoas pesquisem para todos é quase nula. O brasileiro tem paixão pelo voto do presidente, mas hoje o Congresso é mais importante do que o presidente.

Os partidos da base do governo Lula têm priorizado as candidaturas ao Senado em 2026. No caso de São Paulo, o PSB pretende pleitear uma candidatura?

A primeira discussão que tem de ser proposta para o Senado é procurar nomes de qualidade. Candidatos dos extremos terão mais dificuldades de serem eleitos. A principal forma de buscar competitividade é escolhendo candidatos de centro, sejam mais à esquerda ou mais à direita. Ou não teremos chance. Em São Paulo, nosso trabalho é para juntar os melhores nomes possíveis. No caso de Geraldo Alckmin, não há melhor nome para ser novamente vi-



LEONARDO MONTEIRO/ISTOÉ

ce-presidente. Para o governo, temos o Márcio França. Fizemos convites para Simone Tebet, que acho que tem tudo a ver com o PSB, é uma política mais de centro, com foco no social e no fiscal, e para Marina Silva, cuja história e resultados nem preciso detalhar. Estamos montando um time fora dos extremos.

No caso da eleição presidencial, o PSB se coloca na discussão para pleitear a sucessão de Lula?

O presidente Lula é a única figura que tem força de voto, hoje, para enfrentar extremismos. Enquanto essa for a questão, estaremos com ele. Agora, o PSB é um partido independente, que em São Paulo, Pernambuco e outros estados já enfrentou o PT, inclusive. Eu fui candidata à prefeitura de São Paulo em uma candidatura de centro, enquanto o PT insistiu na candidatura do Guilherme Boulos [do PSOL, derrotado no segundo turno]. É possível separar o PT do presidente Lula. O que cabe ao PSB é perceber que os brasileiros estão ansiosos por um projeto de país que não seja sobre uma pessoa. É o que estamos tentando fazer. Nós entendemos que a prioridade deste projeto tem de ser o combate à pobreza, mas comprometida com a responsabilidade fiscal. O maior problema do Brasil é a segurança pú-

blica, que é uma pauta em que não há lugar para ideologia, e nossas gestões estaduais mostram como combater o crime de forma técnica e integrada.

Faltam bandeiras de segurança pública no campo da esquerda, incluindo ao governo Lula?

Faltam. Há um discurso marqueteiro de que falar desse tema custa votos. Acho que as pessoas exigem de nós coragem para falar de segurança pública. Acredito que aconselham o presidente a não entrar nesse tema, mas ele deveria. Primeiro porque é o presidente, e segundo, porque tem sensibilidade. Tenho convicção de que o presidente Lula, pelo que conheço dele, vai se doar com a dor da mãe que teme que o filho seja cooptado pelo crime organizado. Os palpites alimentam a ilusão de que, se Lula não falar do tema, não será cobrado por ele, mas será, porque é o principal problema do Brasil. Isso [se omitir] o PSB nunca fez. Nós entramos para falar e resolver o problema, como mostram nossas gestões, Alckmin, Casagrande [governador do Espírito Santo] e Eduardo Campos [ex-governador de Pernambuco], com sensibilidade social e coragem para enfrentar o crime. Hoje você não vê o governo federal entrar nesse assunto.



Bolsonaro ficou três meses em prisão domiciliar, por descumprimento de medidas cautelares

SERGIO LIMA

O julgamento e o destino de Jair Bolsonaro

Em um processo que definiu o papel do ex-presidente na trama golpista, o STF determinou pena de 27 anos e três meses de prisão para o ex-mandatário, um momento marcante na história política de 2025; hoje, Bolsonaro vê esperança no PL da Dosimetria e na articulação de seu filho Flávio, seu candidato na corrida presidencial em 2026

João Vitor Revedilho, de Brasília

Era fim de tarde do dia 21 de novembro, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) começou a antecipar definitivamente o seu destino previsto por aliados e autoridades do Poder Judiciário, que se concretizaria cerca de quatro dias depois. Irritado com a tornozeleira eletrônica que passou a usar em julho, após descumprir medidas cautelares, Bolsonaro recorreu a um ferro de solda para derreter o equipamento, mas sem sucesso. Horas depois, teve sua prisão preventiva decretada, sendo convertida em prisão definitiva 72 horas depois.

Esse é um dos momentos mais marcantes da história política do Brasil em 2025, um ano repleto de acontecimentos que concentraram as atenções da população, desde a expectativa ante o julgamento de Jair Bolsonaro por participação na trama golpista de 2023 até a prisão do ex-presidente, incluindo os intensos dias de processo, distribuídos em duas semanas, em que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) condenaram a 27 anos e três meses de detenção o ex-mandatário, considerado

o líder da organização criminosa que atentou contra o Estado Democrático de Direito. E os desdobramentos do julgamento continuam a repercutir hoje em Brasília, com a mobilização da direita para reduzir a pena do ex-presidente, via PL da Dosimetria, e com as movimentações em torno do herdeiro do legado de Bolsonaro, com vistas às eleições de 2026.

O fato é que Bolsonaro já sabia qual seria o seu destino meses antes de ser detido em uma sala especial da Superintendência da Polícia Federal, na capital federal, onde cumpre a pena definida pelo STF. Em conversa com aliados, ainda no começo de 2025, admitiu que seria preso e pediu intensidade nas articulações pelo PL da Anistia, um projeto que visava conceder anistia aos envolvidos nos ataques do 8 de janeiro de 2023. Indiciado pela Polícia Federal em 21 de novembro de 2024, o ex-presidente tinha ciência de que não demoraria para ser denunciado por participar da tentativa de golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022. Além

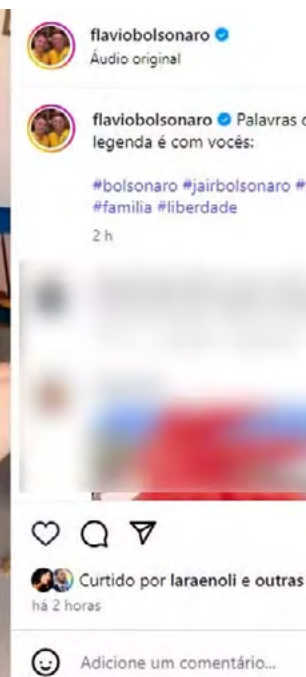
das provas coletadas pela PF durante as diligências, os investigadores associaram as ações da cúpula do Planalto aos atentados de 8 de janeiro, quando manifestantes pró-Bolsonaro invadiram e depredaram os prédios dos Três Poderes.

A denúncia veio no tempo esperado: 18 de fevereiro. Por volta das 20h30, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao STF o pedido de abertura processual contra Bolsonaro e mais 34 pessoas por participação no plano golpista. Ao ex-presidente, por exemplo, foram imputados cinco crimes: abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Dos 37 investigados pela PF, a PGR deixou cinco de fora da lista de denunciados, entre eles o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que ficou proibido de manter contato com o ex-presidente por meses.

Para conseguir avançar com os processos mais rapidamente e evitar a protelação do caso, como havia acontecido



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM



com o Mensalão – que durou cerca de dois anos de julgamento –, o STF decidiu dividir as ações penais em núcleos. Bolsonaro estava logo no primeiro, chamado de “núcleo crucial”, composto pela alta cúpula do Planalto na época de seu governo. Em meio a isso, as defesas tentavam ganhar tempo e usavam o desgaste da Corte como estratégia. Os advogados dos réus pleiteavam o envio do processo para análise do pleno da Corte para não tramitar em uma turma com apenas cinco dos 11 ministros que compõem o tribunal. Sem sucesso. As ações se mantiveram na Primeira Turma, então comandada por Cristiano Zanin e sob os olhos de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux, esse último um personagem que se tornaria controverso no decorrer do processo.

Cerca de um mês e meio depois da denúncia da PGR, o STF passou a analisar a peça. Jair Bolsonaro apareceu de surpresa na primeira sessão da Corte para julgar a denúncia, em 25 de março, cercado por seus advogados e pela imprensa. Foi a primeira vez que o ex-presidente ficou cara a cara com Moraes, nomeado como o principal inimigo de seu governo, após sair do Palácio do Planalto. O ex-chefe do Executivo não esteve presente no segundo dia e assistiu de casa à decisão que o tornou, por unanimidade, o primeiro ex-presidente réu em um processo por golpe de Estado. Iniciou-se, assim, o julgamento da Ação Penal 2668, referente à trama golpista que buscou reverter o resultado das eleições de 2022 e impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Enquanto aguardava o andamento do processo no STF, Bolsonaro passou a agir para o avanço de sua própria anistia. Ao mesmo tempo em que o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), tentava forçar o avanço do texto, o ex-presidente buscava emplacar a pauta nas ruas, sem sucesso, porém.

A primeira manifestação convocada foi no Rio de Janeiro, mas apenas 16 mil pessoas foram ao ato em Copacabana. Na avenida Paulista, apenas 12 mil compareceram. As mobilizações só começaram a ganhar corpo em abril, após o ex-presidente se tornar réu. No entanto, esfriaram logo em seguida novamente. No dia 6 de abril, 44

mil pessoas atenderam ao chamado na Paulista. Governadores alinhados com Bolsonaro estiveram presentes, mas apenas Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) discursou. O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), deixou o local antes mesmo do discurso do ex-presidente. A manifestação ainda foi marcada por um apelo de Jair Bolsonaro ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para o apoio aos réus do 8 de janeiro. Bolsonaro leu um recado em inglês, mas virou meme nas redes sociais após falar de forma errada uma frase (“Popcorn and ice cream sellers sentenced for coup d’État in Brazil” – ou, na intenção, “vendedores de pipoca e sorvete foram condenados por uma tentativa de golpe de Estado”).

Bolsonaro sentou-se no banco dos réus no STF para prestar seu depoimento, no dia 10 de junho. Frente a frente com Moraes, ele cometeu deslizes ao assumir ter se reunido com a cúpula militar, embora negasse qualquer participação na tentativa de plano de golpe de Estado. Em dado momento, chegou a brincar com Moraes, convidando-o para ser vice em sua chapa em 2026 – mesmo inelegível e sendo condenado pela Justiça Eleitoral pelo próprio ministro. O convite foi prontamente negado.

Nova manifestação ocorreu no fim de junho, mas as 12 mil pessoas que foram ao ato em São Paulo não foram suficientes para avançar com a anistia. Ainda foram marcadas manifestações em agosto, durante a prisão domiciliar do ex-presidente, e em setembro, quando 42 mil pessoas foram às ruas.

Os movimentos e nem tampouco um tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump ao Brasil – anunciado no dia 9 de julho para entrar em vigor em agosto –, medida insuflada pelo então deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), foram suficientes para convencer o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a avançar com a anistia na Casa.

Tornozeleira eletrônica

O destino do ex-presidente começava a ser selado. Bolsonaro foi alvo de uma operação da Polícia Federal por obstrução de Justiça, em 18 de julho. Medidas cautelares foram tomadas porque a Procuradoria-Geral da República e a PF apontaram alinhamento e atuação conjunta de Bolsonaro e seu filho Eduardo para interferirem no andamento da Ação Penal 2.668, na qual o ex-presidente era réu. No anúncio do tarifaço, Trump havia mencionado o julgamento do ex-presidente.

ROSINEI COUTINHO/STF



Os ministros da Primeira Turma do STF atribuíram cinco crimes a Jair Bolsonaro



ANTONIO AUGUSTO/STF

Frente a frente com Alexandre de Moraes, o ex-presidente negou participação em plano de golpe de Estado

A partir daquele momento, Bolsonaro foi obrigado a usar tornozeleira eletrônica, além de ter sido proibido de usar as redes sociais. Dias após a decisão, o ex-presidente foi à Câmara dos Deputados, criticou a decisão em uma coletiva de imprensa e teve suas falas publicadas na internet. O episódio passou ileso aos olhos do STF, que deu mais uma chance ao ex-presidente.

A gota d'água veio em 3 de agosto, durante manifestações organizadas para defender o PL da Anistia. Filho mais velho do ex-presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) colocou o pai em uma chamada de vídeo e compartilhou uma fala do ex-chefe do Planalto nas redes. Foi o estopim para a decretação da prisão domiciliar de Bolsonaro, por descumprimento das medidas cautelares.

Foram três meses em regime domiciliar, com visitas restritas às autorizações de Alexandre de Moraes. No período, Bolsonaro ficou em casa, em um condomínio de alto padrão no Jardim Botânico, em Brasília. Foi de lá que o ex-presidente assistiu ao julgamento que colocou seu nome no rol de condenados do STF.

O julgamento

Foram duas semanas de um Supremo abarrotado. No primeiro dia, 2 de setembro, uma fila quilométrica de jornalistas se formou para acompanhar o julgamento no plenário da Primeira Turma. Outros tiveram de ficar em uma tenda improvisada pelo lado

de fora. Com o plenário cheio, repórteres de todo o mundo acompanharam apenas o relatório de Moraes e as sustentações orais de quatro dos oito réus no processo. No dia seguinte, outros cinco advogados, sendo dois deles de Jair Bolsonaro, apresentaram suas argumentações. Todos negaram a participação de seus clientes.

O julgamento foi interrompido e retomado apenas na semana seguinte, no dia 9. Moraes abriu sua fala com um longo preâmbulo do processo e, após três horas de fala, votou para condenar todos os réus no processo. Seu voto foi seguido por Flávio Dino, que deu seu veredito antes da interrupção do julgamento até o dia seguinte.

O quarto dia de julgamento foi marcado por uma longa surpresa. O próximo a votar seria Luiz Fux, a incógnita no julgamento. Embora tenha votado a favor da abertura do processo penal, Fux pediu para acompanhar cada depoimento dos réus e testemunhas, fazendo intervenções em cada uma delas. Nos bastidores, ele já tinha dado indícios de dúvida sobre a participação de Bolsonaro na trama. Seu voto durou 13 horas. Quase perto das 23h, condenou apenas Mauro Cid, o ajudante de ordens do ex-presidente, inocentando os demais membros da cúpula.

Mas a expectativa bolsonarista de reversão do quadro não durou muito. Na manhã seguinte, Cármen Lúcia deu o voto que condenou em definitivo o ex-presidente, seguida por Zanin. Bol-

sonaro foi condenado por cinco crimes: organização criminosa armada; tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e ameaça grave; e deterioração de patrimônio tombado. Na segunda parte, por 4 votos a 1, os ministros decidiram o tempo de 27 anos e três meses de prisão, sendo 24 deles em regime fechado.

Os condenados

No núcleo crucial, o primeiro a ser julgado, as condenações ficaram assim: Walter Braga Netto, ex-ministro e candidato à vice na chapa de 2022, 26 anos de prisão; Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, 24 anos; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal, 24 anos; Augusto Heleno, ex-ministro de Segurança Institucional, 21 anos; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa, 19 anos; Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência e ex-deputado federal (PL-RJ) – com mandato cassado na semana passada –, 16 anos, 1 mês e 15 dias; e Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência – e que fez delação premiada –, 2 anos, em regime aberto.

Três meses separaram o resultado do julgamento e o trânsito em julgado. A defesa do ex-presidente tentou recorrer para protelar a prisão definitiva. Bolsonaro, no entanto, admitia para aliados que o visitavam que não tinha mais jeito

Eduardo Bolsonaro procurou o governo Trump para forçar a pauta da anistia



REPRODUÇÃO DO INSTAGRAM

e que logo seria preso. A dúvida pairava sobre qual o local da prisão: Papuda, Exército ou Polícia Federal.

O roteiro de seu destino começou a sair 72 horas antes do processo ser transitado em julgado. O ferro de solda aplicado na tornozeleira no dia 21 de novembro, uma sexta-feira, emitiu um alerta na central de monitoramento da Secretaria de Administração Penitenciária (Seape) do Distrito Federal. Moraes também recebeu o aviso e decretou a prisão preventiva do ex-presidente na madrugada do sábado, 22.

Às 6h10, duas viaturas da PF entraram no condomínio do ex-presidente e anunciaram a prisão. Bolsonaro não ofereceu resistência, entrou no carro e foi encaminhado para a Superintendência da Polícia Federal. Lá, está em uma sala especial, pequena, uma espécie de quarto de hotel, mas sem janelas. Três dias depois, Moraes determinou o cumprimento das penas no processo da tra-

ROSINEI COUTINHO/STF



Com o voto de Carmen Lúcia, formou-se maioria para condenar Bolsonaro

De pai para filho

Jair Bolsonaro não esteve na mira do Supremo Tribunal Federal (STF) apenas pelo inquérito da trama golpista, na Ação Penal 2.668. O ex-presidente foi alvo de um indiciamento da Polícia Federal (PF) por financiar o filho 03, o hoje ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), nos Estados Unidos. Eduardo se mudou para a América do Norte em março, na tentativa de articular medidas e sanções contra ministros do STF e o governo brasileiro.

Nesse período, o governo Donald Trump aplicou a Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes e sua esposa. Ela foi criada para inibir que terroristas e acusados de atentar contra os direitos humanos usem cartões de crédito e sistemas (e-mail, aplicativos, entre outros) ligados aos Estados Unidos. Os bolsonaristas também creditaram para si a aplicação do tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros. Trump já seguia uma onda de imposição de tarifas contra algumas nações, como a China. Especialistas em geopolítica calculam que a intenção de elevar as taxas do Brasil tenha sido impulsionada após a sugestão dos Brics em criar uma moeda única para transações comerciais entre os países, o que acarretaria desvalorização do dólar.

Em depoimento à PF, Bolsonaro admitiu ter enviado cerca de R\$ 2 milhões para Eduardo. O valor teria sido arrecadado pelo ex-presidente com ajuda de apoiadores, que fizeram diversos depósitos na forma de Pix para sua conta particular com o objetivo de pagar advogados e multas aplicadas a ele após deixar a presidência da República. Bolsonaro, o pai, negou qualquer participação nas articulações.

Em julho, o ex-presidente foi alvo de uma operação de busca e apreensão em sua casa, no inquérito que investigava a atuação de Eduardo. A PF chegou a pedir a prisão do ex-chefe do Palácio do Planalto, mas Moraes optou por determinar a utilização de tornozeleira eletrônica, restrição do uso de redes sociais e a proibição de sair de casa durante à noite. O cenário mudou alguns dias depois, quando Bolsonaro apareceu na Câmara dos Deputados, em meio ao recesso do Legislativo, para conversar com a bancada do PL. Lá, ele apontou para a tornozeleira em frente às câmeras de TV, fotógrafos e jornalistas, criticando o equipamento.

“Não roubei os cofres públicos, não desviei recurso público, não matei ninguém, não trafiquei ninguém. Isso aqui é um símbolo da máxima humilhação em nosso país. Uma pessoa inocente. Covardia o que estão

fazendo com um ex-presidente da República. Nós vamos enfrentar a tudo e a todos. O que vale para mim é a lei de Deus”, disse Bolsonaro, na ocasião.

Após a exposição, inclusive por meio de perfis de apoiadores nas redes sociais, Moraes pediu explicações a Bolsonaro e resolveu aliviar o “deslize”. A prisão domiciliar só se concretizou no dia 4 de agosto, um dia após às manifestações no Rio de Janeiro e em São Paulo pela anistia aos condenados do 8 de janeiro. Flávio Bolsonaro acionou o pai em uma chamada de vídeo e chegou a publicar uma das falas no X. A publicação foi o estopim para a determinação da prisão domiciliar de Bolsonaro, com direito a escolta de agentes penitenciários e verificação de porta-malas dos carros de visitantes.

Em setembro, a Procuradoria-Geral da República (PGR) livrou Bolsonaro da denúncia por coação no curso do processo, mantendo a acusação sobre Eduardo e o jornalista Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, um dos principais seguidores do bolsonarismo e que também está nos EUA. Mesmo assim, o STF manteve Bolsonaro preso pelo descumprimento das medidas cautelares. Em novembro, a Primeira Turma do STF decidiu, por unanimidade, receber a denúncia contra Eduardo.

Cronologia da prisão



18 de julho

- Moraes determina que Bolsonaro use tornozeleira eletrônica após uma operação da Polícia Federal que investiga a coação no curso do processo da trama golpista

21 de julho

- Bolsonaro vai à Câmara dos Deputados e mostra a tornozeleira eletrônica em conversa com a imprensa

3 de agosto

- Bolsonaro participa por videoconferência de manifestação bolsonarista no Rio de Janeiro. Seu filho Flávio publica fala nas redes sociais, desrespeitando determinação de Moraes

4 de agosto

- Bolsonaro é preso em regime domiciliar após desrespeito às medidas cautelares

2 de setembro

- Começa o julgamento contra Bolsonaro e outros sete réus do núcleo duro da trama golpista

11 de setembro

- STF condena Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por liderar organização que planejou golpe de Estado após a derrota nas eleições de 2022

21 de novembro

- Flávio Bolsonaro convoca vigília em frente ao condomínio de Bolsonaro
- PF pede prisão preventiva de Bolsonaro alegando risco de fuga

22 de novembro

- **0h07** - Bolsonaro tenta violar a tornozeleira; o centro de monitoramento é obrigado a trocar o equipamento
- **1h25** - Procuradoria-Geral da República (PGR) dá parecer favorável à prisão preventiva de Bolsonaro
- **2h** - Moraes decreta prisão preventiva de Bolsonaro, que vai para a Superintendência da PF em Brasília
- **6h10** - Viaturas da PF chegam ao condomínio para cumprir mandado de prisão contra Bolsonaro

24 de novembro

- Por unanimidade, Primeira Turma do STF mantém prisão de Bolsonaro

25 de novembro

- STF decreta o processo da trama golpista como transitado em julgado, efetivando o cumprimento da pena de Bolsonaro e mais sete aliados.

ma golpista, determinou a prisão de todos os réus, com exceção de Mauro Cid, e manteve o ex-presidente na Superintendência da PF – e por lá permanecerá.

O fio de esperança de Bolsonaro para deixar a prisão é o PL da Dosimetria, aprovado pelo Congresso Nacional na semana passada. O texto prevê que o ex-presidente cumpra apenas dois anos e quatro meses em regime fechado. Apesar da expectativa, o fator que pode atrapalhar os planos está no presidente Lula, que já afirmou que vetará o projeto.

Xadrez político

Apesar de estar encerrado em sua prisão particular, Bolsonaro não se afastou das articulações políticas para as eleições de 2026. Pelo contrário. O ex-presidente começou a mexer suas peças no xadrez para preparar seu sucessor.

No dia 5 de dezembro, Flávio Bolsonaro anunciou a escolha de seu nome para herdar o capital político do pai. A notícia pegou boa parte dos caciques políticos do país de surpresa, que esperavam a escolha de Tarcísio de Freitas como sucessor natural. Para o Centrão, Tarcísio conseguiria unificar uma candidatura de centro-direita com o apoio do mercado financeiro, apesar de o governador de São Paulo declarar que prefere disputar a reeleição ao Palácio dos Bandeirantes.

Inicialmente, membros do Congresso Nacional apostavam que a candidatura do filho do ex-presidente era mais uma manobra para pressionar parlamentares em torno da diminuição da pena do pai, mas passaram a admitir recentemente a possibilidade de o senador realmente concorrer à presidência.

Flávio tem feito agendas públicas, aparecido mais para a imprensa e se articulado com o Centrão nos bastidores. Na semana passada, intensificou encontros com representantes do mercado financeiro e do setor produtivo para conquistar adesão à sua candidatura, apostando no fato de ser um representante da família Bolsonaro com perfil mais moderado. A partir de janeiro, Flávio deve retomar conversas com o Centrão para avançar no apoio ao seu nome, apesar das resistências internas em partidos como Republicanos, PSD e uma parcela do Progressistas. **E**

FOTOS: WILTON JUNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO; FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL/SEAP/; MATEUS BONOMI/REUTERS



Motta pautou de surpresa a derrubada do decreto que aumentava a alíquota do IOF, uma das derrotas do governo neste ano

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Entre tapas e beijos

Câmara, Senado e Lula protagonizaram momentos de união e discórdia durante o ano; governo teve de driblar impasses para amainar efeitos para 2026

João Vitor Revedilho, de Brasília

Comum no linguajar brasileiro, utilizada em título de telenovela ou de canção, a expressão “entre tapas e beijos” define o ano do Congresso Nacional e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Sem maioria no Legislativo, o líder petista precisou driblar camadas de resistência para levar adiante seus projetos e contava com os novos comandantes das Casas para obter uma vida mais tranquila em 2025. Mas... não foi bem assim.

O governo começou o ano em paz. As saídas de Arthur Lira (Progressistas-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) das presidências da Câmara e do Senado, respectivamente, geraram esperança de manutenção de uma boa relação entre os poderes. O Planalto já tinha dado o aval para a candidatura de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para a Casa Alta, mas no Salão Verde, a preferência por Antônio Brito (PSD-BA) ainda pesava para os petistas. Na

costura do acordo, Hugo Motta (Republicanos-PB), nome de Lira, acabou apoiado pela cúpula palaciana. Na eleição, logo no primeiro dia de fevereiro, o favoritismo de ambos foi confirmado. Motta foi eleito com 444 votos, sendo o segundo mais bem votado na história. Já Alcolumbre teve o terceiro melhor resultado desde a redemocratização, com 73 votos.

Mal assumiram, os entraves começaram a surgir. O governo pressionava o Congresso a avançar com a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, que deveria ter sido votada até o fim de dezembro de 2024. Deputados e senadores, todavia, sentaram-se sobre o texto à espera do impasse sobre as emendas parlamentares, que se arrastava desde o ano anterior. O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia bloqueado R\$ 6,2 bilhões de emendas de comissão, justificando a falta de transparência na distribuição dos recursos. Revoltados, os parlamentares optaram pela retaliação ao Planalto, atrasando a LOA até que eles

decidissem como ficariam o pagamento dos valores em haver, decisão que só ocorreu no fim de fevereiro, após a Suprema Corte homologar um plano de trabalho para aumentar a transparência nos pagamentos.

Mesmo após essa adversidade, o governo precisou se desdobrar para conseguir emplacar suas pautas. No Senado, Alcolumbre garantia o apoio maciço ao Palácio do Planalto, fator que estava longe de acontecer no Salão Verde. Por conta da expressiva votação que o colocou no comando da Câmara, Motta dava sinalizações ambíguas. Às vezes, piscava para oposição, enquanto dava as mãos aos governistas. Embora tenha emplacado pautas do Planalto, Motta aproveitava a crise de popularidade de Lula para dar sinais à direita, como a aprovação do PL do Licenciamento Ambiental, projeto que afrouxa regras para obtenção do licenciamento, favorecendo o agronegócio e a exploração de petróleo na Margem Equatorial (leia à pág. 23). Ele foi aprovado em julho e o governo precisou engoli-lo a duras penas após uma articulação com Alcolumbre.

A relação entre Lula e o Congresso Nacional, porém, passou a azedar de vez em maio, quando o presidente assinou o decreto que aumentou a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O governo esperava arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões para cumprir a meta fiscal, mas a medida

revoltou os parlamentares e pôs fim à lua de mel entre o executivo e o legislativo. Após a assinatura, Motta passou a criticar publicamente os gastos do governo e, um mês depois, pautou de surpresa a derrubada do decreto, aprovada por uma ampla margem de votos, sendo referendado pelo Senado horas depois. Pego desprevenido, o Planalto partiu ao ataque. Recorreu ao STF, que deu vitória ao governo, revoltando os congressistas. Por outro lado, tentava o apaziguamento ao enviar projetos para alavancar a arrecadação. Um deles era uma medida provisória que aumentava tributos de bets e reajustava a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), cobrado de bancos. A proposta chegou a ter um acordo fechado, mas foi retirada de pauta na Câmara em outubro, perdendo a validade e implicando uma das maiores derrotas do governo em 2025.

A falta de uma base sólida no Congresso Nacional ainda traria uma dor de cabeça maior para o Planalto no segundo semestre. Câmara e Senado aprovaram a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os desvios de valores de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Lula e sua cúpula resistiram à CPMI e seguraram a assinatura de apoio à comissão. Sem sucesso, os governistas foram para o ataque e emplacaram um acordo com Motta e Alcolumbre para

comandar os trabalhos e a relatoria do colegiado. A presidência ficaria com o senador Omar Aziz (PSD-AM) e o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO) seria o relator.

Confiantes, os governistas não contaram os votos e tomaram uma rasteira da oposição, que articulou nos bastidores a derrota do Planalto. Aos 45 minutos do segundo tempo, os parlamentares aprovaram o nome do senador Carlos Viana (Podemos-MG) para presidir a comissão, além de Alfredo Gaspar (União Brasil-AL) para a relatoria. Ambos fazem parte do bloco da oposição, sendo Gaspar mais alinhado ao primeiro escalão bolsonarista. Derrotado, o Palácio conseguiu evitar a convocação de nomes próximos de Lula, como o de Frei Chico, irmão do presidente, e o Lulinha, filho.

Negociação constante

“O governo é frágil e obrigado a fazer muito mais concessões do que no passado. Os parlamentares têm acesso a recursos sem precisar fazer concessões substantivas ao programa do executivo. Se o governo tenta retardar emendas, as retaliações vêm imediatamente. Isso gera uma falta de responsabilização: a população culpa o executivo pelos resultados das políticas, mesmo quando elas têm ‘a cara’ do Congresso”, explica Cláudio Couto, cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

Parlamentares bolsonaristas invadiram os plenários da Câmara e do Senado, tentando forçar a aprovação do PL da Anistia





Alcolumbre passou a atacar o governo depois que Lula não acatou sua indicação, Rodrigo Pacheco, para o STF

CARLOS MOURA

Para Graziella Testa, cientista política e professora do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), o que se vê hoje é uma relação menos clara dos partidos. “O governo perdeu ferramentas de governabilidade, como a liberdade de execução orçamentária. Não é exatamente um ‘morde e assopra’, mas uma negociação constante e fragmentada”, aponta

Virada de mesa

Durante boa parte do ano, o presidente tentou reverter a crise de popularidade de seu governo. No início de 2025, a reprovação do líder petista superou a casa dos 50 pontos percentuais, o que acendeu o alerta na cúpula palaciana.

Os ventos voltaram a soprar em seu favor após a repercussão da derrubada do decreto do IOF. O governo conseguiu emplacar a publicidade positiva da medida, dizendo que a proposta taxava bancos e bets. De quebra, apoiadores do presidente começaram a lançar a campanha “Congresso Inimigo do Povo”, o que alavancou a popularidade do chefe do Planalto. Apesar da revolta com as ações dos petistas, os congressistas passaram a apaziguar a relação e emplacar as pautas de interesse do governo federal.

Isenção do Imposto de Renda

Além da regulamentação da reforma tributária, o Palácio do Planalto garantiu a reforma do Imposto de Renda, isentando a cobrança para quem ganha até R\$ 5 mil. A medida foi uma promessa de Lula durante a campanha de 2022, mas ele só conseguiu consolidar a proposta quase três anos depois de assumir a presidência. O texto foi apresentado pelo Ministério da Fazenda em abril, mas ficou travado durante meses na mesa de Arthur Lira, relator da proposta. O deputado conseguiu aprovar o relatório na Comissão Especial, mas segurou o avanço do projeto por estar insatisfeito com a demora no pagamento de emendas parlamentares, além de querer emplacar a PEC da Blindagem – que buscava reforçar a imunidade de deputados e senadores, exigindo autorização do Congresso para abrir ações penais ou decretar prisões, mesmo em flagrante –, uma das demandas do Centro e da direita. A matéria só foi desengavetada em agosto, após uma manobra de seu principal adversário político: o senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A demora de Lira foi vista por Calheiros como uma oportunidade de desgastar o adversário e, de quebra, colher os louros pelo projeto populista. Ambos concorrem às cadeiras do Se-

nado em Alagoas em 2026 e já descartaram qualquer possibilidade de chapa conjunta. Para enfraquecer o ex-presidente da Câmara, Calheiros sacou um projeto de reforma do IR parado no Senado desde 2019, aprovou o texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e passou a liderar as discussões. Em resposta, Lira apresentou seu relatório definitivo, articulou com as massas e conseguiu emplacar a aprovação do projeto por unanimidade, inclusive com o aval da oposição. No Senado, o cenário não foi diferente. Calheiros assumiu o protagonismo do texto e, apesar das promessas de mudanças, não fez alterações ao texto aprovado na Câmara. O projeto também foi aprovado por unanimidade no Salão Azul. Com isso, o Congresso deu a Lula sua maior vitória neste terceiro mandato e sua principal bandeira para a campanha à reeleição em 2026.

Do céu ao inferno

Bolsonaristas começaram o segundo semestre pressionando o avanço do PL da Anistia, principalmente após a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Parlamentares chegaram a invadir os plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, inviabilizando os trabalhos por pelo menos 48 horas – a cena da mesa diretora tomada foi amplamente divulgada na mídia. Mas a popularidade de Lula, somada à revolta dos presidentes das duas Casas com o movimento da direita, acabaram inibindo o avanço do projeto.

Um mês depois, o líder petista ainda surfava na alta aprovação quando 42 mil pessoas foram à avenida Paulista, em São Paulo, repudiar a PEC da Blindagem e o PL da Anistia. As manifestações fizeram o Senado recuar e engavetar a PEC. Enquanto isso, a anistia adormeceu e acordou somente meses depois.

Com a melhora da aprovação, o Planalto buscava adotar estratégias para ganhar pautas nas ruas e passou a apostar na segurança pública como tema. O assunto sempre esteve no reduto da oposição, mas os petistas queriam obter protagonismo nas discussões para alavancar a campanha de Lula à reeleição. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski visava

Com o PL da Dosimetria aprovado, Calheiros disse que Jaques Wagner, líder do governo, deu um “peru de Natal aos golpistas” ao negociar a votação



WALDEMIR BARRETO

emplacar a PEC da Segurança Pública, mas a resistência de governadores a possíveis interferências nas polícias civil e militar, que são de competência dos estados, travaram as discussões.

Em agosto, a deflagração da Operação Carbono Oculto, que mirou a cúpula financeira do Primeiro Comando da Capital (PCC), abriu uma disputa de protagonismo entre o governo federal e o do estado de São Paulo. O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) era, então, um dos favoritos para a disputa do Planalto em 2026. A ação teve a participação do Ministério Público e da polícia civil paulista, com apoio da Polícia Federal e da Receita Federal.

O inferno do Planalto, no entanto, veio depois da deflagração da operação Contenção, contra o Comando Vermelho, que deixou 122 mortos no Rio de Janeiro. A ação foi deflagrada pela Polícia do RJ nos complexos do Alemão e da Penha. O governador Cláudio Castro (PL) criticou o governo federal pela suposta falta de colaboração na ação, dizendo que a PF recusou a divisão da operação, além de não ter respondido a pedidos para contar com blindados da Marinha. O Ministério da Justiça rebateu, alegando que a PF é uma polícia judiciária e que, por isso, não entrou em campo na operação. Sobre os blindados, ressaltou que o veículo só poderia ser fornecido em caso de decretação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

A soma das duas operações obrigou Lula e Lewandowski a agirem. O

ministro apresentou um projeto para o combate às facções criminosas, o PL Antifacção. Lula assinou e enviou com urgência à Câmara dos Deputados. Dias depois, Hugo Motta nomeou Guilherme Derrite (Progressistas-SP) como relator do texto. Derrite é da oposição e, até então, era secretário de Segurança Pública de Tarcísio de Freitas. A nomeação foi interpretada como traição pelos deputados governistas, que passaram a atacar Motta nos bastidores, com destaque para o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), com quem o presidente da Câmara rompeu durante as tratativas.

Minutos depois de nomeado, Derrite alterou drasticamente o texto, tirando investimentos da Polícia Federal e dando maior poder aos estados no combate ao crime organizado. Entretanto, ele aumentou as penas contra membros de facções criminosas. Com a insatisfação do governo, o deputado foi obrigado a alterar o texto por sete vezes, só assim tendo o projeto aprovado em definitivo pela Câmara dos Deputados. No Senado, novas mudanças foram feitas e o texto só deve ser votado pelos deputados novamente em 2026.

Em meio ao impasse instalado na Câmara, o Palácio do Planalto precisou lidar com uma crise ainda maior, desta vez no Senado. Com a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, Lula nomeou Jorge Messias, ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), para a vaga no Supremo.

O nome desagradou Alcolumbre, que queria a indicação de Rodrigo Pacheco, seu antecessor no comando do Salão Azul. A decisão tomada no feriado de 20 de novembro, sem aviso prévio, fez com que o presidente do Senado rompesse com o líder do governo na Casa, o senador Jaques Wagner (PT-BA). A relação ficou ainda mais deteriorada após Alcolumbre atacar publicamente o governo federal. Ele queria desgastar Messias e emplacar a votação com um calendário apertado. O governo rebateu atrasando o envio da mensagem ao Senado com a indicação. A estratégia foi interpretada pelos senadores como interferência na prerrogativa do legislativo, o que fez Alcolumbre ir à imprensa cutucar o governo. Sem alternativas, o Senado passou a votação da indicação de Jorge Messias para 2026.

O ano só seria encerrado com a maior derrota para o Palácio do Planalto no ano. O atraso no pagamento de emendas parlamentares, junto à crise com as lideranças, fez Motta pautar de surpresa o PL da Dosimetria. Derivado do PL da Anistia, o texto prevê a redução de penas para os réus do 8 de janeiro, além dos condenados na trama golpista. A proposta beneficia diretamente Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão, e que está detido na Superintendência da Polícia Federal em Brasília (leia a partir da pág. 6). O relatório, comandado por Paulinho da Força (Solidariedade-SP), foi articulado nos bastidores e teve o aval do próprio Bolsonaro, de acordo com as lideranças do PL.

O texto foi aprovado pela Câmara sem resistências, mas chegou a ficar ameaçado no Senado. Na CCJ do Salão Azul, o governo viu a própria fratura exposta. Jaques Wagner disse ter feito um acordo com a oposição pelo avanço do texto e foi achincalhado por Renan Calheiros no plenário da Casa. No púlpito, o senador alagoano disse que Wagner estava dando um “peru de Natal aos golpistas” com o avanço do projeto, que foi aprovado pelos senadores. A proposta está travada na mesa de Lula, que já afirmou que vetará o texto. Se confirmar, o projeto retornará ao Congresso Nacional, onde o presidente da República deverá testar novamente seu apoio às vésperas das eleições de 2026. **E**



Luiz Edson Fachin assumiu a presidência do STF em setembro e já começou a imprimir sua marca, a discrição

ROSINEI COUTINHO/STF

Dos holofotes à mudança de direção

Depois de ganhar evidência com julgamentos, STF dá passo para reduzir protagonismo; com aposentadoria de Luís Roberto Barroso, definição de novo ministro mobiliza Brasília

João Vitor Revedilho, de Brasília

Protagonista no debate público nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) caminha para um período mais tranquilo. Ao menos, por ora. Com a chegada de Edson Fachin à presidência, em setembro, a Corte deve ficar mais reclusa, mesmo com polêmicas pairando sobre os ministros.

A relação do STF com o Congresso chamou atenção neste ano. O julgamento e a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro colocaram o Supremo em evidência, e também fizeram aumentar a pressão pelo impeachment do ministro Alexandre de Moraes, relator da ação. Mas nenhum requerimento contra os magistrados foi pautado na Casa.

A relação entre os poderes azedou em dezembro. No começo do mês, o ministro Gilmar Mendes anulou trechos da Lei de Impeachment, tirando do Senado o poder da denúncia contra

ministros da Corte. Mendes entendeu que, de acordo com a Constituição de 1988, a medida deveria partir da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A decisão irritou os senadores. O presidente da casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), partiu para o ataque. Em pronunciamento no plenário, prometeu retaliações ao STF com pautas que podem acabar com decisões monocráticas. Após intensa articulação e com a promessa de pautar mudanças na Lei de Impeachment em 2026, o ministro recuou da decisão e retomou a possibilidade de denúncia de qualquer cidadão contra os magistrados.

Não há dúvida, porém, que o ano do STF foi marcado pela surpreendente decisão do ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do Supremo, de antecipar sua aposentadoria. Sua gestão à frente da Corte chegou ao fim no

dia 30 de setembro, após dois anos de liderança. Por tradição, o comando da Corte é repassado ao vice. Foi o que ocorreu. Mas antes mesmo de o ministro Fachin começar a imprimir seu estilo ao Judiciário, Barroso fez seu anúncio. Com 12 anos de atuação no STF, o agora ex-ministro já dava indícios de que deixaria o posto. A decisão foi tomada horas antes do anúncio, após uma reunião a portas fechadas com Fachin.

No fim da sessão plenária de 9 de outubro, Barroso leu sua carta de despedida, emocionado. Disse que focará na literatura e na carreira acadêmica, dando adeus ao tribunal. Para seu lugar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou Jorge Messias, ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU). Apesar da resistência dos senadores, o Planalto acredita que ele será aprovado no começo do próximo ano.

Mesmo com um ministro a menos, o STF começa a dar as caras de Fachin. A Corte tem tentado manter a discrição, apesar das polêmicas do ano. “O ministro Edson sempre foi um homem discreto, avesso a festas, manifestações públicas. É bom que [o STF] saia da vitrine. Como todo tribunal, não deve ficar evidente. É um nome que pode reduzir a temperatura entre os Poderes”, avalia Carlos Velloso, ex-ministro do Supremo e presidente da Corte entre 1999 e 2001.

O perfil contido deve ganhar espaço em 2026. Fachin quer implementar um código de conduta, nos moldes da Corte alemã. Uma das propostas é limitar a participação dos ministros em eventos, palestras e seminários empresariais. A tese sofre resistência interna, embora tenha apoio de ex-ministros do STF. **E**



Barroso se emocionou na despedida da Corte; agora focará na literatura e na carreira acadêmica



RICARDO MORAES/REUTERS

Megaoperação nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, resultou em 122 mortes, ao todo

Efeito das megaoperações

As ações policiais no centro financeiro de São Paulo e em dois morros no Rio de Janeiro tiveram como resposta o PL Antifacção, projeto que visa combater o crime organizado

As 18h02 de segunda-feira, 15 de setembro, quatro criminosos atiraram contra Ruy Ferraz Fontes, de 63 anos, ex-delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo entre 2019 e 2022. Atingido, o delegado perdeu o controle da direção e bateu contra um ônibus. O que se seguiu depois ficou gravado em vídeos feitos por câmeras de monitoramento de trânsito, compartilhados e exibidos em looping nas redes. Um homem e uma mulher que passavam pelo local foram atingidos, e dezenas de outras pessoas testemunharam a execução. Horas depois, a secretaria estadual da Segurança Pública anunciou uma força-tarefa para desvendar o crime, provocando a prisão de ao menos dez suspeitos. A robustez da ação dos criminosos, somada à ousadia da morte de Vinicius Gritzbach, delator do PCC, assassinado no aeroporto de Guarulhos, em novembro de 2024, reforçou a ação da facção criminosa que passou a agir nos mesmos moldes de grupos mafiosos.

A morte de Fontes foi apenas um braço pequeno do PCC. A facção ainda assumiu o protagonismo no sistema financeiro nacional, como mostrada pela Operação Carbono Oculto, deflagrada em agosto. As investigações mostraram a participação da facção no comando dos postos de combustíveis, rede de hotéis e até fundos de investimento. Ao todo, foram 350 mandados de busca e apreensão cumpridos, inclusive na Avenida Brigadeiro Faria Lima, coração financeiro da cidade de São Paulo.

Cerca de dois meses depois, a Polícia do Rio de Janeiro deflagrou uma operação contra a cúpula do Comando Vermelho nos complexos do Alemão e da Penha. Os policiais miravam a prisão de Edgar Alves de Andrade, o Docca, mas ele conseguiu fugir em meio às ações dos agentes.

A ação foi planejada ao longo de 60 dias, para cumprir 100 mandados judiciais contra integrantes da facção. Ao todo, 122 mortes foram registradas, sendo a operação mais letal da história

do Rio de Janeiro, com corpos de vítimas expostos em praça pública.

A repercussão das operações, somada ao avanço da pauta da segurança pública, obrigou o Palácio do Planalto a agir. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) passou a investir no PL Antifacção, projeto de combate ao crime organizado. Mas a principal aposta do governo federal virou um pesadelo para parte da cúpula governista.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), nomeou o deputado Guilherme Derrite (Progressistas-SP) para relatar o projeto. Derrite é da oposição e, até então, era secretário de Segurança Pública do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Minutos depois de nomeado, Derrite alterou drasticamente o texto, tirando investimentos da Polícia Federal e dando maior poder aos estados no combate ao crime organizado. Entretanto, o relator aumentou as penas contra membros de facções criminosas.

Com a insatisfação do governo, o deputado foi obrigado a alterar o texto por sete oportunidades, até que o projeto foi aprovado em definitivo pela Câmara dos Deputados. No Senado, novas mudanças foram feitas e o texto só deve ser votado pelos deputados novamente em 2026. **E**



PABLO JACOB

Investigação em São Paulo deteve 46 pessoas e apreendeu 140 mil vasilhames

Metanol, a palavra que entrou no radar

Mortes por bebidas alcoólicas adulteradas revelaram falhas sanitárias e na fiscalização e expuseram riscos ocultos no consumo de destilados no país

Tão popular pelo Brasil, a caipirinha ficou fora dos pedidos nos bares por meses. Tudo por causa de uma palavra que, em setembro, entrou no dicionário da população: metanol. Em 2025, ela deixou de ser um termo restrito à indústria química para se tornar o centro de uma das mais graves crises sanitárias vividas no país recentemente. A ingestão de bebidas alcoólicas adulteradas com a substância provocou mortes, internações e sequelas permanentes, principalmente no estado de São Paulo, e mobilizou autoridades de saúde, forças policiais e até o Congresso Nacional.

O episódio mais recente de contaminação por metanol ocorreu no dia 6 de dezembro, com a morte de um mo-

rador de São Bernardo do Campo, de 62 anos. Ele passou mal em casa após consumir bebida alcoólica adulterada, foi socorrido e não resistiu. O caso elevou para 11 o número de vítimas fatais confirmadas em São Paulo. No último balanço do Ministério da Saúde, em novembro, o total de mortes no país chegava a 16 confirmadas. Porém, naquele momento, o registro de fatalidades no Estado era de nove. Ou seja, no mínimo, o quadro no Brasil subiu para 18.

Metanol é um álcool de uso industrial, presente em solventes, combustíveis e tintas. No organismo, ele é convertido pelo fígado em substâncias altamente tóxicas, capazes de causar cegueira irreversível, falência renal, insuficiência respiratória, coma e morte.

A ingestão ocorreu por meio da adulteração criminosa de bebidas destiladas, prática associada à falsificação e à redução ilegal de custos.

São Paulo foi a primeira região a evidenciar o problema. Até meados de dezembro, o Estado contabilizava 51 casos confirmados de intoxicação por metanol. Outros surgiram em Pernambuco, Paraná, Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul.

Os primeiros casos surgiram em 26 de setembro, com gente hospitalizada. E eles foram se multiplicando, envolvendo bares conhecidos e vendas clandestinas. Diante da escalada, o Ministério da Saúde entrou em ação e instalou, em 1º de outubro, uma “sala de situação” para monitorar os casos e coordenar ações de uma força-tarefa composta por Anvisa (agência de vigilância sanitária), Fiocruz (que realizou análises laboratoriais), secretarias estaduais de saúde, Polícia Federal e polícias civis. Alertas, orientações e tratamentos foram repassados às emergências do país.

As investigações ficaram a cargo, principalmente, da Polícia Civil de São Paulo. Nesse período, 46 pessoas foram presas no estado, somando 66 detenções no país relacionadas à falsificação e adulteração de bebidas. As ações resultaram na apreensão de 140 mil vasilhames, 22,5 mil garrafas e 481,5 mil itens usados na fraude, como rótulos, tampas e lacres. Bares, distribuidoras e adegas foram fiscalizados e alguns foram interditados. O consumo das bebidas destiladas caiu: a população estava com medo. A indústria trabalhou com estabelecimentos para orientar a oferta de forma segura.

A gravidade do surto levou a Câmara dos Deputados a aprovar, no dia 28 de outubro, o Projeto de Lei nº 2307/2007. O texto estabelece pena de reclusão de 5 a 15 anos para quem adulterar bebidas ou alimentos e causar morte. O PL classifica o crime como hediondo. O projeto foi encaminhado ao Senado.

Com a queda no número de registros, o Ministério da Saúde encerrou a “sala de situação” no dia 8 de dezembro. A crise deixou expostas as fragilidades da fiscalização de bebidas no Brasil e a dimensão do mercado ilegal que opera fora do alcance do controle sanitário. **E**

Das discussões da COP30 nasceu o Pacote de Belém, conjunto de 29 decisões aprovadas por consenso



Caminho sem volta

Na COP30, Belém não entregou o roteiro para o fim dos combustíveis fósseis, mas mostrou que o debate seguirá por outras vias

Jennifer Ann Thomas

Mais de um mês depois do fim da conferência do clima da ONU, a COP30, o sentimento sobre os resultados obtidos ainda é ambíguo e amargo. Foram quase três anos de espera desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, em novembro de 2022, na COP27, do Egito, a candidatura brasileira para sediar a conferência do clima. Entre 10 e 21 de novembro de 2025, aconteceu pela primeira vez uma COP em plena Amazônia, na capital paraense. O encontro terminou com a aprovação do chamado Pacote de Belém, mas sem avanços na questão central sobre o abandono dos

combustíveis fósseis, uma discussão que surgiu durante o evento. Há resultados importantes, mas não o suficiente para enfrentar a crise climática.

Nos meses que antecederam a conferência, um clima de incerteza pairava sobre a capacidade de Belém sediar uma conferência dessa magnitude. A rede hoteleira e os preços exorbitantes cobrados por hospedagens chegaram a motivar pedidos formais de delegações internacionais para transferir a sede. Diárias anunciadas por mais de R\$ 100 mil criaram um impasse que ameaçava esvaziar a participação de nações em desenvolvimento. O governo federal

mobilizou navios-cruzeiro, reformou escolas e criou estruturas temporárias para ampliar a oferta de leitos, contornando parcialmente a crise às vésperas do evento.

Sediada no Parque da Cidade, a COP30 foi marcada por fatos inéditos. Além de ser a primeira realizada em plena Amazônia, a Zona Azul (espaço restrito das negociações diplomáticas) contou com um Pavilhão de Ciências Planetárias, área oficialmente dedicada à ciência. Copresidido pelos cientistas Carlos Nobre, do Brasil, e Johan Rockström, da Suécia, funcionou como “centro de comando científico”.



Na abertura, Lula afirmou que é preciso estabelecer “mapas do caminho” pelo fim da dependência de combustíveis fósseis

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Outra novidade foi a participação recorde de povos indígenas, com cerca de 900 representantes credenciados – número três vezes superior ao de conferências anteriores.

O contexto geopolítico, porém, era desfavorável. A saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris e a ausência de representação oficial americana criaram um ambiente de incerteza. Mesmo assim, durante seu discurso de abertura para a COP30, Lula trouxe à mesa a discussão sobre um cronograma concreto para o fim da era do petróleo, gás e carvão. “Precisamos de mapas do caminho para que a humanidade, de forma justa e planejada, supere a dependência dos combustíveis fósseis”, declarou. A proposta ganhou apoio de 82 países, mas esbarrou na resistência de grandes produtores de petróleo.

O grande desafio das COPs é, justamente, o consenso: todos os 195 países precisam concordar. Na segunda semana, Lula retornou a Belém para tentar destravar impasses. O presidente teve reuniões bilaterais individuais com negociadores da União Europeia, países árabes, China, Índia, Indonésia e África, além de encontros com a sociedade civil e povos indígenas. A expectativa era que sua presença ajudasse a avançar no cronograma para o abandono dos combustíveis fósseis.

O imbróglcio se intensificou nos dias finais. Inicialmente, a presidência brasileira divulgou um primeiro rascunho da Decisão Mutirão que mencionava o

tal roteiro. No entanto, na madrugada da sexta-feira, 21, que seria, em tese, o último dia do evento, surgiu uma nova versão sem nenhuma menção ao termo “combustíveis fósseis”, o que provocou indignação imediata.

“Apesar de um grande número de países se unirem em torno de roteiros para acabar com a dependência – e do impulso dado pelo presidente do Brasil – as palavras estão completamente ausentes do texto mais recente”, declararam Carlos Nobre, Johan Rockström, Paulo Artaxo e outros cientistas em nota conjunta. “Isso é uma traição à

ciência e às pessoas, especialmente aos mais vulneráveis.”

Além das tensões diplomáticas, a conferência enfrentou um incidente inesperado. A dois dias do fim das negociações, um incêndio atingiu a Zona Azul. As chamas começaram no Pavilhão dos Países, causando uma evacuação imediata. Treze pessoas foram atendidas por inalação de fumaça. Apesar do susto, o fogo foi controlado em cerca de seis minutos, mas as atividades foram suspensas até a noite.

O documento final, aprovado nas primeiras horas de sábado, reflete essas contradições. O Pacote de Belém, conjunto de 29 decisões aprovadas por consenso, traz avanços importantes, mas omite a expressão que dominou os debates. Entre os resultados concretos, há o compromisso de triplicar o financiamento para adaptação climática até 2035, com ênfase na necessidade de países desenvolvidos ampliarem recursos para nações em desenvolvimento. Foram aprovados, ainda, 59 indicadores voluntários para monitorar o progresso da Meta Global de Adaptação.

A conferência também criou o Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa, instrumento para apoiar países a garantirem que a mudança para economias sustentáveis seja inclusiva. Pela primeira vez, afrodescendentes foram explicitamente mencionados nos docu-

Um destaque da conferência foi a participação recorde de povos indígenas, com cerca de 900 representantes credenciados



BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

mentos oficiais, ao lado do papel dos povos indígenas na proteção florestal.

Um dos grandes destaques estava fora das salas de negociações: o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Diferentemente dos modelos baseados em doações, o TFFF funciona como um fundo de investimento permanente: capta recursos públicos e privados que são aplicados em ativos financeiros de baixo risco, e os rendimentos – estimados entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões anuais quando plenamente capitalizado – são destinados a pagar países pela conservação de florestas tropicais. Com a meta de captar US\$ 125 bilhões, o fundo representa uma mudança de paradigma ao criar incentivos financeiros permanentes para manter florestas em pé, em vez de compensar pelo desmatamento evitado.

Quanto ao roteiro para o fim dos combustíveis fósseis, o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, anunciou que a presidência brasileira trabalhará em dois documentos paralelos ao longo de 2026: um sobre florestas e clima, outro sobre transição energética. Embora fora das decisões formais, essas iniciativas mantêm vivo o debate.

Insatisfeitos com o ritmo para lidar com o elefante na sala, Colômbia e Holanda anunciaram uma via paralela. Em 28 e 29 de abril de 2026, os dois países organizarão em Santa Marta, no país latino-americano, a Primeira Conferência Internacional para a Eliminação Progressiva dos Combustíveis Fósseis, com apoio de mais de 30 nações. O encontro funcionará como uma “plataforma complementar” à Convenção do Clima, reunindo governos, sociedade civil e cientistas. A iniciativa representa o reconhecimento de que o processo multilateral tradicional não está conseguindo cumprir seu papel na urgência exigida pela crise climática.

No balanço final, a COP30 evidenciava as limitações do multilateralismo em produzir avanços estruturais, ao mesmo tempo em que aponta para novas vias paralelas de governança fora do âmbito da ONU. Os resultados ficaram aquém do esperado – conclusão que não é inédita nos últimos 30 anos de diplomacia climática. O que ficou mais evidente é que não há como não debater o caminho que precisa ser trilhado: a transição para longe dos combustíveis fósseis. Belém foi o ponto de virada para essa transformação.

A COP das ruas

Enquanto diplomatas negociavam na Zona Azul, as ruas e os rios de Belém testemunharam uma das maiores mobilizações sociais da história das conferências do clima. A COP30 reuniu cerca de 50 mil pessoas, com presença massiva de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e movimentos sociais de 62 países.

A mobilização começou simbolicamente na manhã de 12 de novembro com a barqueata da Cúpula dos Povos. Mais de 200 embarcações percorreram a Baía do Guajará levando cerca de 5 mil pessoas em um “manifesto fluvial” por justiça climática. Povos Kayapó, Mundurucu, Borari, Tupinambá, quilombolas, entre outros grupos sociais, uniram-se sob o lema “a resposta somos nós”. O ato marcou o início da Cúpula dos Povos, evento paralelo que reuniu 25 mil pessoas e mais de mil organizações durante cinco dias na Universidade Federal do Pará (UFPA).

A presença indígena foi especialmente marcante. Na terça-feira, 11 de novembro, manifestantes tentaram invadir a Zona Azul para protestar contra a exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Dias depois, cerca de 100 indígenas bloquearam a entrada principal da conferência, percorrendo o corredor central entoando cânticos. Suas reivindicações incluíam a revogação do decreto que prevê a privatização de hidrovias e a saída de empresas canadenses de territórios tradicionais.

“A manifestação que eles tiveram foi legítima”, declarou Ana Toni, CEO da COP30. “Se fosse em São Paulo ou Brasília, não teríamos indígenas participando dessa forma. Aqui, eles são protagonistas.” O ápice veio no sábado, 15 de novembro, com a Marcha Mundial pelo Clima. Cerca de 70 mil pessoas ocuparam as ruas de Belém, tornando-se a maior manifestação climática já realizada durante uma COP.

Outros atos complementaram a programação, como o “Funeral dos Combustíveis Fósseis” e o uso da Boiuna, figura da cultura amazônica, como símbolo de abertura de caminhos para as lutas das populações tradicionais. A mobilização mostra que a pressão por transformações vem cada vez mais das ruas, dos rios e das florestas. **E**



Um incêndio na Zona Azul, quase no encerramento do evento, causou evacuação imediata

AFTV/AFR



Lula e Trump se encontraram nos bastidores da Assembleia Geral da ONU, em setembro, e isso abriu caminho para as negociações sobre o tarifaço

MARK CARTENUN PHOTO

A arma tarifária dos EUA sobre o mundo

A forma errática na condução da política comercial da principal economia do planeta marcou 2025 e gerou desdobramentos para os campos diplomático, de negócios e de investimentos de países – incluindo o Brasil

Érica Polo

Um marco inegável em 2025 no que diz respeito ao comércio internacional é o estilo de negociar do presidente norte-americano Donald Trump. Um vai-e-vem (por vezes truculento no tom de seus anúncios), com surpresas da noite para o dia destinadas aos diversos países com quem os Esta-

dos Unidos negociam foram noticiados praticamente todas as semanas desde que o empresário assumiu a presidência do país, em 20 de janeiro. A data mais importante foi o 1º de abril, classificado por ele como o “dia da libertação”. É que, nessa data, o mandatário anunciou tarifas comerciais recíprocas

a mais de 50 países que cobram taxas para negociar com as companhias do mercado norte-americano.

Em meio aos anúncios, não só empresas exportadoras perderam os cabelos, mas governos e investidores evidenciaram a tensão da política errática de Trump. O pacote tarifário causou dor de cabeça para as próprias empresas americanas, a exemplo de Apple e Nike, que têm fornecedores em países asiáticos cujas tarifas foram parar nas alturas. O Brasil não sofreu um golpe imediato. Em abril, o país foi tarifado em 10% adicionais – o piso da lista, que cobrava 46% do Vietnã, 34% da China e 44% do Sri Lanka. O pior efeito para os brasileiros ocorreu em julho, após uma reunião dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no Rio de Janeiro.

Logo após o fim de semana de reunião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma declaração sobre o bloco de países terem ressuscitado um plano de zona de comércio comum sem o uso do dólar como moeda. Foi o suficiente para que Trump sacasse da manga sua arma tarifária. O Brasil ganhou tarifa

As tais terras raras

Elementos essenciais para eletrônicos e energia limpa, as chamadas terras raras viraram assunto popular neste ano. E foram tema de debate governamental não só entre Brasil e Estados Unidos. Eles estiveram no cerne da mais recente negociação entre Donald Trump e o presidente chinês, Xi Jinping, no fim de outubro, a qual resultou numa trégua comercial de um ano entre os dois países. A guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo escalou em diversos momentos ao longo de 2025, com a ameaça de imposição de sobretaxas comerciais que resvalaram os 150%, de ambos os lados. Nunca foram concretizadas.

As terras raras ganharam espaço por sua importância para as indústrias bélica e tecnológica. Preocuparam os EUA e outros países, cujos governos passaram a vociferar contra a China quando esta decidiu controlar o volume de minerais exportados e elevar as taxas de compra. No mundo, só a China tem a tecnologia para extrair esses elementos, além de ser a maior reserva no planeta.

O Brasil é a segunda maior reserva de terras raras do mundo (mas o país não domina a tecnologia para a extração). Mesmo que o assunto tenha se resolvido por ora, com a trégua comercial negociada com Xi, Trump e outros países importadores dos minerais sabem que terão de reduzir a dependência chinesa. O presidente americano, em tour pela Ásia e Oceania, fechou acordos comerciais para garantir a obtenção desses minerais com os governos da Austrália e do Japão.

Em meio ao imbróglio, o Brasil, que já vinha trabalhando na atualização de sua política para o setor mineral de olho em atender às demandas de transição energética, resolveu lançar o setor à mesa de negociações junto aos Estados Unidos.

A questão é se o país tem (ou terá) condições num futuro próximo para ser um protagonista no debate global relacionado à cadeia de produção de matérias-primas tão específicas. O Brasil tem 21 milhões de toneladas – ou 23% das reservas globais – distribuídas por cinco estados-chave, onde estão localizadas as principais jazidas, em Minas Gerais, Goiás, Amazonas, Bahia e Sergipe. Os chineses detêm 90% do mercado global de processamento de minerais raros.

Com reportagem de Ismael Jales, João Revedillo e Luma Venâncio

FABIO RODRIGUES/POZZI/IMAGENS BRASIL



Após a retirada da sobretaxa de 40% de 238 itens, Alckmin disse que continuam as discussões com os negociadores dos EUA

extra de 40% a partir de agosto. Mesmo que o discurso do americano fizesse referência a uma suposta perseguição política sofrida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, alinhado politicamente a Trump, a razão para o movimento teve fundo comercial. A sobretaxa comercial, já revogada para a maior parte dos itens, afetava boa parte do agro brasileiro e o setor de máquinas.

O cenário só amainou depois de um encontro de Lula e Trump nos bastidores da Assembleia Geral da ONU, em setembro, em Nova York. Segundo o americano, houve “química” entre eles. Após o episódio, uma série de reuniões ocorreram envolvendo articuladores dos dois governos. Os dois presidentes voltaram a se encontrar na Ásia no fim de outubro. “Tive uma ótima reunião com o presidente Trump. Discutimos de forma franca e construtiva a agenda comercial econômica bilateral. Acertamos que nossas equipes vão se reunir imediatamente para avançar na busca de soluções para as tarifas e as sanções contra as autoridades brasileiras”, escreveu Lula.

Até o dado mais recente público disponível até o fechamento deste texto, em 20 de novembro os Estados Unidos

retiraram a sobretaxa de 40% imposta sobre 238 itens – entre eles, café, carne bovina e frutas. As informações foram detalhadas em um evento na Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Havia, ainda, o desafio de retirar tarifas de máquinas, motores, produtos industrializados, madeira. À época, em suma, 22% dos produtos brasileiros exportados para o país continuavam sujeitos às taxas mais elevadas (50%). Antes do anúncio da retirada, eram 36%.

Na ocasião do encontro na Amcham, Alckmin reiterou que as discussões com os negociadores norte-americanos seguiriam. Brasil e Estados Unidos devem ressuscitar interesses comuns a partir da janela de negociações que foi aberta devido ao episódio das tarifas. No cardápio de ativos estratégicos, para resolver as questões comerciais, o Brasil sugere parcerias em terras raras, a instalação de data centers de empresas norte-americanas, e a redução de barreiras à importação de etanol dos Estados Unidos. **E**

Na mira, a nova fronteira do petróleo

Licença obtida pela Petrobras para fazer investigação exploratória na Margem Equatorial embala a projeção de “novo pré-sal”, mas acende o alerta de ambientalistas

A COP30, a conferência do clima da ONU, estava a 21 dias de abrir suas portas, em Belém (PA), quando veio uma notícia que impactou os movimentos ambientalistas. No dia 20 de outubro, a Petrobras obteve do Ibama uma licença aguardada havia mais de um ano: a autorização para realizar perfuração exploratória em um poço na bacia da Foz do Amazonas, na região conhecida como Margem Equatorial. A decisão marcou uma inflexão no debate energético e sustentável do país e reacendeu críticas de ativistas, ao mesmo tempo em que foi celebrada por setores econômicos, lideranças políticas da região Norte e pelo governo federal.

A licença autoriza a investigação para verificar se há hidrocarbonetos em volume economicamente viável. É um passo técnico, mas sobre o qual se projeta um “novo pré-sal”, em referência ao potencial de produção e de ganhos econômicos. Se a perfuração trouxer resultados positivos para a Petrobras, novo licenciamento, mais amplo e rigoroso, será exigido para permitir a produção. A companhia afirmou que a perfuração (com previsão de durar entre três e cinco meses) segue protocolos reforçados de segurança ambiental.

Se houver confirmação de petróleo, especialistas estimam que a produção só começaria entre seis e dez anos. No fim de novembro, a Petrobras apresentou seu Plano de Negócios 2026-2030, no qual a companhia informa que investirá US\$ 7,1 bilhões para exploração no período. Desse total, US\$ 2,5 bi-

lhões estão reservados para a Margem Equatorial. O investimento destinado à exploração compreende ainda US\$ 2,2 bilhões para a Margem Sul e Sudeste (bacias mais maduras e produtivas, como a de Campos); e US\$ 2,4 bilhões para bacias terrestres e novos ativos exploratórios no exterior. A Petrobras pretende perfurar 40 novos poços até 2030, sendo 15 na Margem Equatorial.

Essa extensa faixa geológica próxima à linha do Equador que, no litoral brasileiro, se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, é composta por cinco bacias sedimentares: Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar. O Ministério de Minas e Energia estima que, se confirmado o potencial, a região possa concentrar até 10 bilhões de barris de petróleo e gerar cerca de 350 mil empregos.

A operação ocorre no bloco FZA-M-59, a cerca de 500 quilômetros da foz do rio Amazonas e 175 km da costa amapaense. Desde agosto, a sonda de perfuração NS-42 está na região. Ela perfura o poço Morpho, o foco da licença.

A sonda de perfuração NS-42, na Margem Equatorial desde agosto, explora o poço Morpho, em águas profundas do Amapá

O aval do Ibama encerrou uma sequência de negativas, motivadas por preocupações com o ecossistema marinho da região e com a capacidade de resposta a vazamentos. Para liberar a pesquisa, o órgão exigiu melhorias como bases de apoio para atendimento à fauna que sofrer com vazamentos em áreas mais próximas da região de perfuração, reduzindo o tempo de resgate. A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a empresa comprovou a robustez da estrutura de preservação ambiental e prometeu operar com “segurança, responsabilidade e qualidade técnica”.

No campo político, a licença foi celebrada em Brasília e no Amapá. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva evocou o precedente do pré-sal, cuja descoberta em 2006 ampliou o fôlego econômico do país. Já organizações como o Observatório do Clima argumentaram que a decisão contraria o discurso climático do país e amplia riscos à biodiversidade amazônica e às comunidades locais. **E**



Gaza: a trégua entre escombros

O cessar-fogo libertou reféns e cessou os bombardeios contínuos, mas a segunda fase do acordo emperra — e o enclave segue sob tensão e em situação de crise humanitária

Construído com a importante mediação dos Estados Unidos, o cessar-fogo em Gaza, em vigor desde 10 de outubro, segue de pé, mas permanece frágil e ainda não avançou para a segunda fase — etapa considerada decisiva para transformar a trégua em uma arquitetura de transição política e segurança no enclave. Ainda em 2025, aguarda-se o encontro do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, com o presidente Donald Trump, em Washington, para a discussão a continuidade do plano.

Recentemente, mediadores de Egito, Catar, Estados Unidos e Turquia se reuniram em Miami, mas sem registrar

avanços relevantes nos pontos mais sensíveis do atual cenário do conflito que começou em outubro de 2023, com o terrível ataque do Hamas sobre civis israelenses. O recado público foi de “moderação” e de cumprimento do plano, porém, na prática, não surgiu qualquer sinalização sobre o futuro: a trégua será um caminho de paz ou apenas um intervalo?

O cessar-fogo começou a ser costurado no fim de setembro, quando Trump apresentou um plano de 20 pontos prevendo uma trégua inicial e, depois, medidas para uma “paz duradoura”. Em 9 de outubro, Israel e Hamas assinaram um acordo mais limi-

tado, cobrindo a primeira etapa desse plano: libertação de reféns israelenses e prisioneiros palestinos, suspensão da guerra, retirada parcial das tropas israelenses e aumento da ajuda humanitária. O desenho foi reforçado por um terceiro documento, uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, que também autorizou a criação de um governo de transição e de uma força de estabilização internacional.

A trégua entrou em vigor no dia 10 de outubro. Desde então, a maior parte dos combates foi interrompida, mas a guerra não desapareceu do mapa — e o número de vítimas continuou a crescer. A Defesa Civil de Gaza informou que seis pessoas morreram em um bombardeio na véspera de 20 de dezembro, elevando para cerca de 400 o número de palestinos mortos por fogo israelense desde o início do cessar-fogo.

O Ministério da Saúde local, controlado pelo Hamas, corrobora esses dados. Do lado israelense, o exército

Gaza segue em ruínas. Os ataques constantes cessaram, mas já são mais de 400 mortes desde a trégua



BASHAR TALEB/AFP

Netanyahu avisa que a segunda fase do plano só virá quando receberem o último corpo de refém, ainda com o Hamas



ABIR SULTAN/AFP

informou que três soldados morreram no território palestino desde a trégua.

Na primeira etapa, houve resultados concretos — e também os primeiros sinais de fratura. Todos os 20 reféns vivos foram libertados, e centenas de prisioneiros palestinos deixaram prisões israelenses. A devolução dos corpos, porém, foi mais lenta: 27 corpos foram devolvidos, mas ainda falta a entrega de um último corpo, o de um refém que morreu em Gaza. Esse ponto virou trava política e operacional: a passagem de Rafah, na fronteira com o Egito, deveria ser aberta na primeira fase, mas permanece fechada. Israel afirmou que a travessia só será aberta quando o corpo for devolvido. Até nesse ponto, há impasse. Nos termos do acordo, a passagem é para que palestinos possam entrar e sair de Gaza. Israel manifesta intenção de que a abertura se limite à saída.

A ajuda humanitária aumentou, mas a disputa sobre volumes e bloqueios continuou. O Hamas acusa Israel de permitir menos caminhões do que o previsto; agências humanitárias dizem que há muito menos ajuda do que o necessário e que itens seguem barrados. No chão, Gaza permanece em ruínas: moradores retiram utensílios dos escombros para erguer tendas, enquanto chuvas fortes alagam acampamentos e espalham esgoto e lixo, agravando a crise sanitária. Neste mês, o Unicef chamou de “chocantemente

elevado” o número de crianças gravemente desnutridas. E, em 19 de dezembro, uma análise do IPC (Classificação Integrada das Fases da Segurança Alimentar) indicou que a fome terminou no enclave após o cessar-fogo, mas a situação continua crítica: toda a Faixa de Gaza está classificada em emergência, o que se estima que irá se estender até meados de abril de 2026. Ou seja, é um quadro que se alonga.

No enclave, há outra questão desafiadora. O cessar-fogo expôs a disputa por controle e governança no território. Reportagem do Financial Times indica que haveria por parte de Israel o fornecimento de armas para grupos rivais do Hamas nas áreas sob seu controle. Nos primeiros dias da trégua, imagens chocantes circularam pelo mundo mostrando milícias e clãs emergentes promovendo ataques na região.

Quando o Hamas voltou à superfície após a trégua, reafirmou domínio em uma parte de Gaza. Os conflitos resultaram em assassinatos públicos contra acusados de colaboração e rivais, o que demonstra como a paz é ainda um sonho distante.

Por outro lado, na trégua, surgiram movimentos civis que colocam pressão sobre Netanyahu. No dia 21 de dezembro, a imprensa estrangeira celebrou a decisão da Suprema Corte de Israel de fixar 4 de janeiro como prazo máximo para o governo responder ao pedido de

acesso independente de jornalistas a Gaza, algo negado desde o início da guerra, com raras entradas embarcadas com tropas. No dia seguinte, 22 de dezembro, a Médicos Sem Fronteiras alertou que novas regras de registro impostas por Israel para atuação de ONGs podem cortar o acesso a Gaza a partir de 1º de janeiro, afetando assistência que, segundo a entidade, atende quase meio milhão de pessoas e inclui quase 800 mil consultas ambulatoriais e mais de 100 mil atendimentos de trauma em 2025.

É nesse cenário que a segunda fase aparece como ponto de inflexão. O ministro das Relações Exteriores do Egito, Badr Abdellaty, disse esperar anunciar em janeiro o início dessa etapa, considerada crucial por incluir, sobretudo, a retirada israelense da Faixa de Gaza. O pacote prevê ainda o desarmamento do Hamas, a formação de um conselho internacional de paz e a implantação de um comitê administrativo palestino para gerir Gaza, além do envio de uma Força Internacional de Estabilização para verificar o cessar-fogo, medir o compromisso dos lados e coibir violações.

O problema é que os pilares da segunda fase ainda estão em aberto. Não está claro quem comporia a força internacional, por quanto tempo operaria, nem como cumpriria a missão central exigida por Israel: desarmar o Hamas. O grupo, por sua vez, afirmou que só abriria mão das armas com a criação de um Estado palestino, enquanto Netanyahu já descartou essa possibilidade diversas vezes. Para o premiê israelense, a guerra só terminará com o desarmamento. Por sinal, em 13 de dezembro, Israel anunciou ter matado, em um ataque aéreo, Raad Saad, descrito como chefe da produção de armas do Hamas — o grupo classificou a ação como violação do cessar-fogo.

Mais de dois meses depois do início da trégua, o cessar-fogo é uma suspensão de hostilidades, porém ainda não aponta o rumo para uma solução. A devolução do último corpo de refém, a possível abertura de Rafah em regime de ida e volta, o desenho do governo de transição e a definição da força internacional são as chaves que decidirão se poderá ser construída uma ponte para um novo arranjo político. **E**

O “pacificador” de Washington

Discurso de Trump em 2025 exalta fim de guerras que não acabaram, enquanto especialistas veem contradições e risco à credibilidade americana

Marina Miano



DOUG MILLS/REUTERS

Trump fez balanço de seu primeiro ano, celebrando que “acabou com oito guerras”

Sob o lema “America First”, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou no dia 17 de dezembro um balanço do primeiro ano de seu segundo mandato. Em discurso transmitido em horário nobre diretamente da Casa Branca, o republicano afirmou ter conseguido “acabar com oito guerras”. Durante o pronunciamento de cerca de 18 minutos, ele destacou conquistas econômicas, como o envio de cheques de US\$ 1.776 para os americanos como “dividendo militar”, e posicionou o país como uma nação

“respeitada” e “mais forte do que nunca”, pronta para um boom econômico.

No entanto, analistas questionam o papel de pacificador que Trump se atribui, apontando que os Estados Unidos participaram de apenas seis acordos de paz ou cessar-fogo desde janeiro de 2025, e muitos deles já mostram sinais de instabilidade, como a retomada de violência na fronteira entre Tailândia e Camboja em dezembro, com ataques aéreos tailandeses, dois meses após um suposto acordo de paz. A avaliação do chefe de Estado sobre seu governo não

considera tensões comerciais com diversos países, entre eles o Brasil, e um cerco militar à Venezuela.

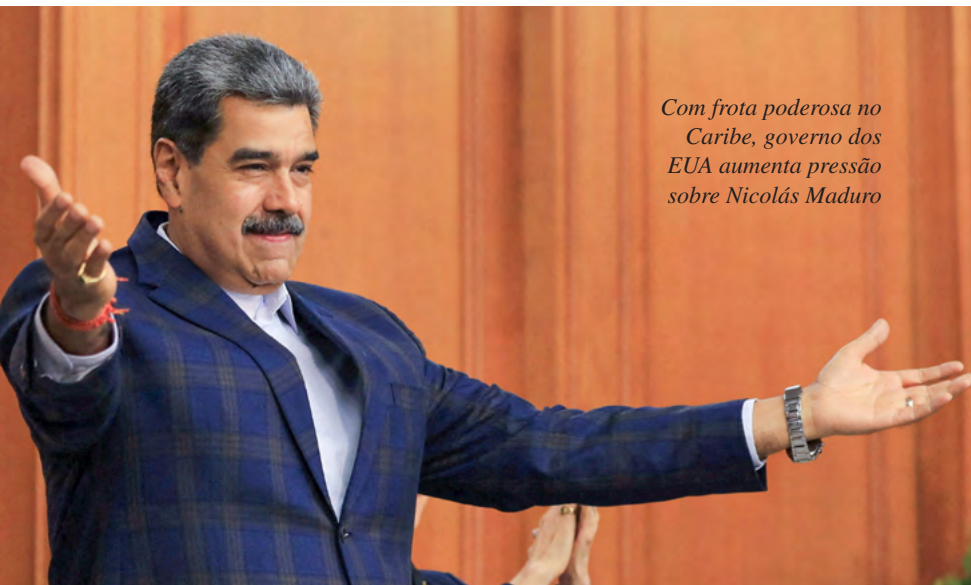
Embora Trump tenha sido eleito com a promessa de priorizar questões domésticas e reduzir o envolvimento externo dos Estados Unidos, sua administração manteve uma presença ativa em conflitos internacionais. Para o professor de relações internacionais da USP, Kai Enno Lehmann, apesar de líderes americanos historicamente adotem essa postura — como ocorreu na Coreia, no Vietnã e no Iraque —, o caso do republicano é diferente. “O problema é que Trump foi eleito prometendo encerrar esse envolvimento, mas ele está aumentando a presença americana e para os lados ‘errados’”, afirmou, ressaltando que isso pode afetar sua base eleitoral, composta por muitos isolacionistas

Vitelio Brustolin, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador em Harvard, declarou que a contradição é mais retórica do que prática. De acordo com ele, o “America First” não significou isolacionismo completo, mas um “engajamento seletivo”. “Trump rejeita alianças automáticas, mas intervém diretamente quando entende que há impacto estratégico — seja energético, militar ou político — para os EUA”, ponderou.

Impasse na Ucrânia e no Oriente Médio

A promessa de encerrar a guerra na Ucrânia em 24 horas, feita em diversas ocasiões, não se concretizou. O ano de 2025 foi marcado por altos e baixos, como o desgaste que teve com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky em fevereiro, quando Trump ameaçou retirar o apoio caso Kiev não aceitasse um acordo até a cúpula com o presidente russo Vladimir Putin no Alasca, em agosto. Recentemente, o republicano provocou os ucranianos ao sinalizar que a Crimeia deveria permanecer sob controle russo.

Em dezembro, a administração Trump tentou viabilizar um “plano de



Com frota poderosa no Caribe, governo dos EUA aumenta pressão sobre Nicolás Maduro

MIRAFLORES PALACE/REUTERS

paz de 28 pontos”, que exige concessões territoriais e limites militares à Ucrânia (confira mais detalhes à pág. 29). O plano inclui itens como proteção a minorias linguísticas, a abolição de tarifas alfandegárias entre Rússia e Ucrânia, a reconstrução conjunta da infraestrutura de gás ucraniana pelos Estados Unidos e Ucrânia, e um cessar-fogo imediato de 30 dias como proposta interina, discutida em março.

No entanto, o conflito permanece ativo, com a Rússia tentando potencializar ganhos antes de qualquer assinatura. A Ucrânia respondeu com contrapropostas, rejeitando a exigência de ceder mais territórios do que os atualmente ocupados pela Rússia, e o Kremlin afirmou que as mudanças propostas pela Europa e Ucrânia não melhoram as perspectivas de paz.

Além disso, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma lei de defesa que cria um fundo fiduciário para assistência militar à Ucrânia, garantindo continuidade independentemente de pressões da administração Trump para reter inteligência.

No Oriente Médio, Trump adotou a estratégia da “paz pela força”. Em junho, ordenou ataques aéreos que atingiram instalações nucleares iranianas e, em outubro, apresentou um plano de 20 pontos para Gaza, focando na desmilitarização e reconstrução sob supervisão internacional após a libertação de

reféns pelo Hamas (leia a partir da pág. 25). Os ataques de junho representaram um marco, após duas décadas de debates sobre o programa nuclear iraniano, e posicionaram Israel como parceiro chave no combate ao Irã e grupos apoiados por ele.

Trump deu um prazo até 5 de outubro para o Hamas aceitar o plano. Dois dias antes desse limite, o grupo concordou em liberar reféns. Por outro lado, Netanyahu planeja discutir com seu aliado novas fases do plano e possíveis ataques adicionais ao Irã.

Em seu discurso de dezembro, Trump afirmou ter “destruído a ameaça nuclear iraniana e encerrado a guerra em Gaza”, mas analistas alertam que questões pendentes, como o desarmamento do Hezbollah e a reconstrução pós-guerra, podem impulsionar a agenda do Oriente Médio em 2026.

Enquanto Trump encerra 2025 posicionando-se como o único capaz de solucionar crises globais, analistas alertaram para o risco institucional. Para Brustolin, a personalização da diplomacia enfraquece as estruturas internacionais e reduz a previsibilidade da política externa americana a longo prazo.

Já Kai Enno observou que a mentalidade de Trump não se compatibiliza com a complexidade desses conflitos e alertou para o risco de o republicano se posicionar como o “único” capaz de resolvê-los. “Ao contrário, ele vem se

mostrando incapaz de resolver guerras, apesar de sua narrativa de que encerrou oito conflitos”, reforçou.

Para completar, já no apagar das luzes de 2025, o presidente norte-americano fechou mais o cerco contra a Venezuela. Ele enviou uma poderosa frota para as águas do Caribe (leia mais à pág. 30). E também ordenou “bloqueio total e completo” de todos os petroleiros que fazem parte de uma lista de sanções do governo que entram ou saíam do país, uma medida que marca uma escalada dramática nas pressões dos Estados Unidos contra o regime de Nicolás Maduro. A expectativa é que ele renuncie ante tamanho poderio militar.

Ofensiva tarifária

Na área econômica, Trump aplicou tarifas para diversos países. O Brasil foi alvo de uma retaliação específica em julho. O presidente norte-americano anunciou tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, justificando a medida como uma resposta a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que, segundo o republicano, configuravam “censura” e “perseguição política” contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi condenado a 27 anos e três meses por tentativa de golpe de Estado.

A ordem executiva de 30 de julho impôs um valor adicional de 40% sobre importações brasileiras, com exceções para setores como aeronaves civis, carne de porco e outros, e incluiu sanções contra Alexandre de Moraes.

A estratégia, porém, não se mostrou tão eficaz. Em novembro, após rodadas de negociação, os Estados Unidos recuaram das taxas sobre carnes e café brasileiros. Em outubro, o Senado votou contra as tarifas de 50%, terminando a emergência nacional declarada por Trump. Em dezembro, foram retiradas as sanções contra o ministro do STF.

Para Lehmann, tal instabilidade prejudica o mercado interno: “Ninguém quer investir nos Estados Unidos sem ter certeza sobre a política comercial”. Brustolin complementou que o uso de tarifas como ferramenta de coerção faz com que o governo de Trump seja vistos menos como mediador e mais como “parte interessada e coercitiva”, incentivando outros países a buscarem alternativas comerciais. **E**

Zelensky criticou o primeiro plano dos EUA, apontando que estava pró-Rússia



VALENTYN OGIRENKO/REUTERS

Negociações pela paz, mas ainda sem futuro

Estados Unidos e União Europeia intensificam discussões pelo fim da guerra entre Rússia e Ucrânia, mas ela segue ativa

Iniciada em fevereiro de 2022, a guerra entre Rússia e Ucrânia entrou, neste ano, em uma fase marcada por intensa atividade diplomática, com negociações envolvendo principalmente os Estados Unidos, sem que isso se traduzisse em avanços concretos rumo a um cessar-fogo. Reuniões diretas, canais paralelos e propostas multilaterais se multiplicaram, porém o conflito seguiu ativo no campo militar.

Em março, a Rússia aceitou uma trégua limitada sobre ataques à infraestrutura energética ucraniana, em meio a negociações iniciais para reduzir tensões no Mar Negro. O gesto não se estendeu às frentes terrestres. Em maio, Moscou anunciou um cessar-fogo de três dias, que abriu caminho para as primeiras conversas diretas com a

Ucrânia em mais de três anos, realizadas dias depois em Istambul. O encontro terminou sem acordo, com avanços restritos à troca de prisioneiros.

No início de junho, em nova rodada em Istambul, a Ucrânia apresentou um conjunto formal de propostas, enquanto a Rússia condicionou qualquer cessar-fogo ao reconhecimento de territórios ocupados e à imposição de limites estruturais às Forças Armadas ucranianas. O impasse ficou explícito: Kiev rejeitou perdas territoriais formais, e Moscou passou a negociar a partir de sua posição no campo de batalha.

Em novembro, os Estados Unidos assumiram papel mais ativo na tentativa de estruturar um acordo. Washington apresentou um plano preliminar de 28 pontos para encerrar a guerra. A

proposta previa a suspensão gradual das hostilidades, garantias de segurança multilaterais à Ucrânia, levantamento parcial de sanções contra a Rússia e um cessar-fogo baseado na linha de contato vigente.

O plano foi criticado pelo presidente ucraniano Volodymyr Zelensky por admitir um cessar-fogo baseado na linha de controle atual, o que, na prática, congelaria a ocupação russa sobre quase toda a região de Donbas, além de outras áreas. Embora o texto não reconheça juridicamente as anexações feitas por Moscou em 2022, autoridades ucranianas avaliam que aceitar a paralisação das forças nessas posições consolidaria as perdas de territórios para a Rússia, sem garantias de reversão no médio prazo.

Um encontro ocorreu em Genebra, envolvendo delegações da Ucrânia e dos Estados Unidos, com acompanhamento de aliados europeus – que temem que a Rússia abra guerra com outros países do continente. Os russos não enviaram representantes para a reunião. Na ocasião, Zelensky afirmou que as conversas resultaram em “passos importantes”, porém ressaltou que o caminho para o fim da guerra ainda era longo.

As negociações mais recentes ocorreram entre 19 e 22 de dezembro, em Miami, onde enviados americanos se reuniram separadamente com delegações ucranianas, europeias e com o emissário russo Kirill Dmitriev. O Kremlin informou que o representante apenas reportaria as conversas ao presidente Vladimir Putin, sem indicar avanço concreto. Por sua vez, Putin afirmou, em coletiva de imprensa no dia 19, que está pronto para terminar o conflito imediatamente, desde que a Rússia consiga garantias de segurança suficientes. Mas alertou: se um acordo de paz não for assinado, eles vão atingir os objetivos da guerra pela força.

Em 2025, a Rússia manteve ataques intensos com drones e mísseis. Na terça-feira, 23, o exército de Putin usou mais de 650 drones e 30 mísseis contra o setor energético. Morreram duas pessoas e o país enfrentou apagões. Kiev, por sua vez, ampliou ataques a alvos dentro do território russo. No fim do ano, Moscou controlava cerca de 19% do território da Ucrânia. **E**

Águas cada vez mais turbulentas

Bloqueio a petroleiros no mar caribenho coroa a escalada de tensão entre Estados Unidos e Venezuela, que envolve ações militares e acusações de narcoterrorismo

O governo Trump enviou o USS Gerald R. Ford, o maior porta-aviões do mundo, para as águas caribenhas em novembro



A longa crise entre Estados Unidos e a Venezuela atingiu seu ponto mais sensível em 2025 neste mês. No espaço de dez dias, o governo de Donald Trump fez cerco a três petroleiros no Caribe, que seriam embarcações sancionadas – ou seja, que estão em uma lista de sanções aplicadas pelos Estados Unidos. No dia 16 de dezembro, o presidente norte-americano fez um anúncio formalizando o “bloqueio total” desses navios que entrassem ou saíssem da Venezuela. O objetivo, alegado pelo governo, é impedir que o regime de Nicolás Maduro use o petróleo para supostamente financiar atividades ilícitas.

A medida consolida uma escalada que vinha sendo construída desde setembro, quando Washington intensificou operações militares na região sob o argumento de combate ao narcotráfico.

O primeiro episódio envolvendo os petroleiros ocorreu no dia 10 (antes, portanto, do anúncio oficial). Forças americanas interceptaram um navio-tanque carregado com cerca de 1,9 milhão de barris de petróleo. A embarcação foi conduzida aos Estados Unidos.

Maduro classificou a ação como “pirataria naval criminosa”. Dias depois da formalização do bloqueio, um segundo navio foi apreendido. A Guar-

da Costeira confirmou a perseguição ativa a uma terceira embarcação, ampliando a percepção de cerco marítimo.

O governo Trump alega que as operações visam combater o “narcoterrorismo”, acusando o governo venezuelano de usar o petróleo para financiar redes criminosas. A Casa Branca aponta que alguns navios operam sob bandeira falsa e integram uma frota usada para fugir de sanções. Caracas nega as acusações e afirma que ao menos uma das embarcações não constava na tal lista.

A escalada de dezembro foi precedida por ações militares letais. Em setembro, os Estados Unidos realizaram um bombardeio – o primeiro – contra uma embarcação no Caribe, alegando que o barco transportava drogas. Semanas depois, novas operações ocorreram contra as chamadas “narcolanchas”. Segundo dados divulgados por Washington, mais de 100 pessoas morreram nessas ações desde setembro, número que alimentou críticas sobre o uso da força e pedidos de esclarecimento no Congresso americano. Em novembro, chegou à região o USS Gerald R. Ford, o maior porta-aviões do mundo, demonstrando o tamanho do investimento de Trump nesse cerco.

No plano diplomático, a reação de Caracas incluiu o anúncio de escolta militar a petroleiros, o envio de cartas para a ONU e a aliados e a acusação de que os EUA buscam estrangular economicamente o país. Rússia e Irã manifestaram apoio à Venezuela e criticaram o bloqueio, enquanto Washington minimizou o peso dessas reações.

O impacto econômico potencial é elevado. Analistas estimam que o aumento do bloqueio irá reduzir em até 45% as exportações venezuelanas nos próximos meses. A estatal PDVSA informou que as vendas seguem, mas reconheceu que a capacidade de armazenamento é limitada a poucos dias, o que tornaria a produção rapidamente inviável em caso de interrupção prolongada.

Maduro foi anunciado vencedor da eleição presidencial de 2024, resultado contestado pela oposição e por parte da comunidade internacional, incluindo os EUA que, neste ano, avançou além das sanções econômicas e recorreu ao seu poderio militar para pressionar Maduro a deixar o governo. **E**

Macron nomeou Sébastien Lecornu; o premiê chegou a renunciar um mês depois de ter assumido, mas ele retornou ao posto



THOMAS SAMSON/REUTERS

Abalo francês

O país viveu quedas sucessivas de primeiros-ministros em meio a medidas impopulares. Em menos de dois anos, o presidente Macron nomeou cinco premiês

Giorgia Cavicchioli

O ano de 2025 não foi dos melhores para a França. O país viveu uma das mais profundas crises políticas de sua história recente, marcada por uma sucessão de primeiros-ministros e uma Assembleia Nacional fragmentada, incapaz de formar uma maioria estável.

Com uma instabilidade institucional no coração da segunda maior economia da União Europeia, fica para o ano que vem o desafio de governabilidade para a França, que terá eleições presidenciais em 2027.

A instabilidade no país começou a se agravar após as eleições legislativas de 2024, convocadas antecipadamente pelo presidente Emmanuel Macron. A medida foi tomada em junho, após a ascensão da extrema-direita francesa nas eleições do Parlamento Europeu.

A situação resultou em uma Assembleia Nacional profundamente dividida em três grandes blocos: o de esquerda, o de centro e o de extrema direita, que não formavam uma maioria clara para apoiar um governo sólido. Durante 2025, a divisão se transformou em um

ciclo de nomeações e quedas de primeiros-ministros. No dia 8 de setembro, o governo do centrista François Bayrou foi derrubado após perder uma moção de confiança no parlamento, reflexo de um desgaste crescente e de um plano orçamentário impopular que previa congelamento de aposentadorias e salários de funcionários públicos, cortes de programas e até a eliminação de feriados nacionais. A votação marcou um episódio de resistência do legislativo à agenda do executivo e aprofundou o sentimento de paralisia política.

O conjunto de joias roubadas tem valor de cerca de R\$ 550 milhões

Assalto no Louvre: o roubo que expôs a França

Na manhã do dia 19 de outubro, um domingo, o Museu do Louvre, em Paris, foi palco de um dos roubos mais audaciosos dos últimos anos, que se tornou um episódio simbólico da crise institucional e de segurança na França em 2025.

O Louvre mal tinha aberto suas portas para o público quando quatro criminosos, armados com motosserras, invadiram a Galeria de Apolo, uma das áreas mais icônicas do museu, e, em apenas alguns minutos, quebraram vitrines e fugiram com oito joias históricas da coroa francesa, relativas à família imperial do século XIX.

Estima-se que os colares, broches e tiaras valiam cerca de 88 milhões de euros (aproximadamente R\$ 550 milhões). O fato mais chocante para a população foi saber que o assalto aconteceu em plena luz do dia. Além disso, a situação expôs falhas severas nos sistemas de vigilância e segurança da instituição, que, segundo auditorias e a própria direção do Louvre, contava com equipamentos obsoletos e insuficientes para proteger suas fachadas externas e acervos valiosos.

Depois do caso, o museu fechou suas portas por dias e a polícia francesa mobilizou dezenas de investigadores para localizar os autores, chegando a prisões e indiciamentos de sete suspeitos nas semanas seguintes. No entanto, os objetos roubados seguem desaparecidos. Apenas uma coroa foi encontrada danificada e abandonada perto do museu.

Bayrou, que tinha assumido em dezembro de 2024, foi o quarto premiê a comandar a França em menos de dois anos. Esse é um recorde incomum na Quinta República, o regime político vigente desde 1958. No lugar dele, Macron nomeou Sébastien Lecornu, então ministro da defesa, em uma tentativa de recuperar a estabilidade e dialogar com diferentes forças políticas.

Porém, a missão de Lecornu revelou a profundidade do impasse: ele renunciou ao cargo em 6 de outubro, apenas um dia depois de anunciar seu gabinete, que não convenceu nem aliados nem opositores na Assembleia Nacional. Com poucos dias de formado, o novo gabinete não tinha condições políticas para aprovar um orçamento para 2026, o que era tarefa central, e já enfrentava ameaças de cair em uma moção de censura.

A renúncia relâmpago de Lecornu não apenas agravou a crise, mas colocou ainda mais pressão sobre o presidente francês, que passou a ser alvo de pedidos públicos por sua própria renúncia e por eleições antecipadas como saída ao impasse. Líderes de esquerda e aliados próximos demonstraram insatisfação com a continuidade de Macron no comando do país.

Quatro dias depois, o mandatário francês surpreendeu a opinião pública ao reconduzir Lecornu como primeiro-ministro pela segunda vez em outubro, numa tentativa de retomar o fio do governo antes do fim do ano e garantir a aprovação de um orçamento e uma governabilidade mínima.

A manobra, porém, foi percebida por críticos como um gesto desesperado de manutenção do poder diante de

um Parlamento fragmentado e pouco aberto para negociações.

As sucessivas trocas refletiram não apenas a dificuldade de formar maiorias parlamentares estáveis, mas também o desgaste de um sistema semipresidencial que, em teoria, deveria facilitar a conciliação entre o executivo e o legislativo. A decisão de Macron em antecipar as eleições legislativas em 2024 produziu um efeito contrário ao esperado: longe de reforçar sua base, abriu espaço para a ascensão da oposição radical e para uma polarização que atravessou todo o ano.

As notícias sobre a instabilidade do país chegaram ao mundo todo. Investidores, líderes europeus e mercados acompanharam com preocupação a série de quedas de governos, em um contexto de desafios fiscais e econômicos que querem respostas do Executivo. A incerteza política, combinada com a ausência de um consenso em torno de importantes reformas, deixou a França em um impasse que poucos acreditavam possível em meio século de Quinta República. E nos últimos dias da agenda parlamentar o premiê não conseguiu aprovar o orçamento do ano que vem. No ano passado, seu antecessor, Bayrou, também fechou o calendário sem conseguir o aval da Assembleia Nacional. O orçamento foi aprovado apenas em fevereiro.

À medida que o ano de 2026 se aproxima, a pergunta que fica é se Macron conseguirá costurar alianças suficientes para sobreviver politicamente até o fim de seu mandato em 2027 ou se o país irá caminhar para uma nova rodada de eleições e definições eleitorais antecipadas. **E**

ANTOINE MONGODIN



Canetas emagrecedoras dominaram as discussões sobre perda de peso

Cinco medicamentos que deram o que falar em 2025

Das canetas emagrecedoras à polêmica do paracetamol, relembre as medicações que levantaram o debate público este ano

Marina Fornazieri

Em 2025, poucos temas mobilizaram as conversas sobre saúde pública quanto os medicamentos que chegaram ou voltaram aos holofotes. Das canetas emagrecedoras que dominaram discussões sobre perda de peso – passando por segurança e uso responsável –, aos avanços no tratamento da tuberculose e do câncer de mama, o ano foi marcado por expectativas, controvérsias e revoluções na medicina.

Até o conhecido e confiável paracetamol entrou na roda de conversa, em uma polêmica levantada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. A seguir, relembre cinco medicamentos que deram o que falar e levantaram o debate em saúde em 2025.

Obesidade

Os medicamentos agonistas do GLP-1, mais conhecidos por canetas emagrecedoras ou por seus nomes comerciais, como Ozempic, Wegovy e Mounjauro, sem dúvida estiveram em destaque este ano.

Indicadas para o tratamento de obesidade e diabetes, as canetas mostraram-se eficazes e seguras no auxílio ao emagrecimento, de acordo com diversos estudos. A boa notícia é que esse tipo de medicamento também apresentou benefícios no combate a outras doenças, como apneia do sono, males cardiovasculares e até mesmo SOP (Síndrome dos Ovários Policísticos) em mulheres com obesidade.

Como era de se esperar, a procura pelo medicamento cresceu rapidamente e, em algumas farmácias pelo país, houve até falta de estoque. As canetas emagrecedoras foram alvos ainda de falsificações e contrabandos, levantando o debate de segurança e eficácia de medicamentos não aprovados pela Anvisa.

Em 2026, novas versões genéricas das canetas emagrecedoras devem chegar ao mercado, quando a patente da semaglutida (substância usada nos medicamentos) cair.

Insônia

Outra condição que está nas conversas do dia a dia dos brasileiros é a insônia. Segundo dados da Associação



Trump fez uma acusação sobre o uso de paracetamol, mas foi desmentido

PEXELS

Brasileira do Sono (ABS), uma a cada três pessoas (cerca de 73 milhões) sofre do problema no país.

Em setembro, uma nova droga para o tratamento da insônia foi aprovado pela Anvisa, o lemborexante, que será vendido comercialmente pelo nome de Dayvigo.

Diferentemente dos ansiolíticos e das drogas-Z (zolpidem, zopiclone e eszopiclone) – que agem no sistema que gera o sono –, o lemborexante atua no bloqueio do sistema que mantém a pessoa acordada. Essa mudança foi bem recebida, uma vez que pode gerar menos efeitos colaterais, menor risco de dependência e maior aceitabilidade.

Tuberculose

Uma nova medicação contra a tuberculose, o antibiótico sorfequiline, trouxe esperança no combate à doença. A novidade foi apresentada na Conferência Mundial sobre Saúde Pulmonar, em novembro, em Copenhague (Dinamarca).

A notícia do estudo foi bem recebida pela comunidade médica, uma vez que uma pesquisa da TB Alliance,

organização global sem fins lucrativos que se dedica ao desenvolvimento de tratamentos para a tuberculose, mostrou que a nova medicação poderá reduzir a duração do tratamento, dos atuais seis meses (no mínimo) para cerca de dois meses.

Segundo especialistas, essa redução de tempo pode melhorar a adesão ao tratamento e tem potencial para mudar o tratamento da tuberculose no futuro, embora sejam necessárias mais evidências científicas.

Câncer de mama

O Ministério da Saúde anunciou, em outubro, a distribuição de um novo remédio para o tratamento de uma forma agressiva de câncer de mama, trazendo mais uma alternativa de cura e esperança para as mulheres brasileiras.

O trastuzumabe entansina, também conhecido como T-DM1, considerado um medicamento de última geração, é indicado para mulheres diagnosticadas com câncer de mama HER2-positivo que ainda apresentam sinais da doença após a quimioterapia inicial.

Na rede privada, a droga custava, em média, R\$ 11 mil por frasco. Agora, será distribuído gratuitamente no SUS, mediante requisitos estabelecidos. Segundo o ministério, o trastuzumabe entansina pode reduzir em 50% a mortalidade das pacientes com câncer de mama de tipo HER2-positivo.

Paracetamol

Este ano, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, associou, sem provas, o uso do paracetamol na gestação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), agitando a comunidade médica.

A informação foi desmentida por diversos órgãos de saúde globalmente, incluindo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, que afirmaram não haver evidências sobre a relação do medicamento com o autismo.

De acordo com o consenso médico, o paracetamol é um dos únicos remédios que podem ser usados com segurança durante a gravidez para reduzir febre e aliviar dores leves, como dor de cabeça, dor de dente, dor nas costas, entre outras. **E**

Dez nomes que marcaram 2025

Confira personalidades do Brasil e do mundo que se destacaram no ano pelo impacto cultural, esportivo e midiático

Letícia Sena

O ano de 2025 foi marcado por acontecimentos que atravessaram o entretenimento, o esporte, a cultura e o universo digital, com personalidades que se destacaram pela capacidade de influenciar comportamentos, pautar debates e mobilizar públicos de diferentes gerações. Em um período de transformações aceleradas e consumo imediato de informação, alguns nomes se tornaram protagonistas não apenas pela influência ou por conquistas pessoais, mas também pela força cultural.

Entre estrelas consagradas e talentos em ascensão, no Brasil e no mundo, esta lista, com dez nomes em ordem alfabética, traça um retrato plural de 2025, passando pelo cinema brasileiro em evidência internacional, grandes shows, triunfos simbólicos no esporte e pela consolidação de influenciadores digitais como agentes centrais da cultura contemporânea.



Bad Bunny manteve sua posição como um dos artistas mais influentes do planeta. Em 2025, seus shows e aparições continuaram a romper barreiras linguísticas e culturais, reforçando seu alcance global. Em Porto Rico,

sua terra natal, realizou uma série de apresentações, a residência “No Me Quiero Ir de Aquí”. Foram 31 shows com ingressos esgotados. Em seguida, iniciou a turnê “Debí Tirar Más Fotos” pelo mundo – que chegará ao Brasil em fevereiro. Mais do que música, Bad Bunny seguiu como referência estética e artística, influenciando moda, discurso e comportamento. Seu impacto foi sentido muito além das paradas musicais, tornando-o um dos nomes mais relevantes do ano.



Entre as modalidades olímpicas, o brasileiro **Caio Bonfim** ganhou destaque em 2025 por conquistas como o ouro da marcha atlética nos 20 km no Mundial de Atletismo em Tóquio e a prata nos 35 km na mesma competição. Sua consistência (obteve prata nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024) e postura profissional o colocam como um dos principais atletas brasileiros. Caio também ampliou o interesse do público pela marcha atlética, ajudando a mostrar a diversidade do esporte nacional.

Dua Lipa incluiu o Brasil na rota de sua turnê em 2025, e os shows no país se tornaram alguns dos mais comentados no ano. Com performances



marcadas por produção grandiosa e forte presença de palco, a cantora reafirmou seu status de estrela pop global. Dua Lipa aproveitou o máximo de São Paulo e Rio de Janeiro, aparecendo em festas, rodas de samba e bares. A artista segue influenciando moda, comportamento e estética musical. Em 2025, consolidou uma fase mais madura da carreira, equilibrando sucesso comercial e identidade artística bem definida.



Felca é um dos criadores de conteúdo mais influentes do país. Com humor ácido, transformou vídeos em fenômenos de engajamento, muitas vezes abordando temas sensíveis. Neste ano, ele ganhou projeção com um vídeo de 50 minutos em que denunciou a adultização precoce de menores na web. O alerta acelerou a aprovação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital). Felca dialoga com uma geração que consome informação de modo rápido, crítico e irreverente.



FOTOS REPRODUÇÃO
INSTAGRAM

A atriz **Fernanda Torres** protagonizou um dos momentos mais emblemáticos do cinema brasileiro em 2025 com o filme “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles. O longa destacou-se dentro e fora do país, impulsionado pela atuação intensa da atriz, que entregou uma performance marcada por profundidade emocional e precisão técnica. Além do reconhecimento artístico (ela conquistou neste ano o Globo de Ouro de Melhor Atriz em Filme de Drama), Fernanda tornou-se um símbolo do valor das narrativas brasileiras. Seu nome figurou entre os mais comentados do ano.



João Fonseca despontou como uma das maiores promessas do tênis brasileiro. Com atuações sólidas e crescimento rápido no circuito, o jovem atleta passou a ser acompanhado de perto por especialistas e torcedores. Sua ascensão representou renovação no esporte, encerrando o ano como um dos nomes mais promissores da nova geração de tenistas. Atual número 24 do ranking mundial, João venceu seus dois primeiros torneios profissionais, incluindo o ATP 500 da Basileia.



KEVIN MAZUR/
WIREIMAGE FOR
LIVENATION

Lady Gaga estrelou um dos maiores eventos musicais do ano no Rio de Janeiro. Sua apresentação reuniu uma multidão na praia de Copacabana e reafirmou sua conexão com o público brasileiro, transformando a passagem pelo país em um acontecimento de repercussão global. Em 2025, Gaga reforçou sua posição como artista multifacetada, transitando entre música, cinema e moda com domínio absoluto. Sua vinda ao Brasil se tornou um espetáculo de repercussão global.



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

O retorno de **Neymar** ao Santos foi um dos acontecimentos esportivos mais simbólicos de 2025. A volta ao clube que o revelou mobilizou torcedores e patrocinadores. O movimento foi interpretado como um gesto de identificação do jogador com a torcida e reposicionamento de carreira. Mesmo longe do auge físico de outros momentos, Neymar seguiu como figura importante do cenário esportivo. Em 2025, sua imagem continuou a extrapolar o futebol, mantendo-o como um dos nomes mais influentes e midiáticos do país.

Virginia Fonseca manteve em 2025 o posto de uma das maiores influenciadoras do Brasil. Com números



expressivos nas redes, ela foi além do conteúdo digital e consolidou sua imagem como empresária e potência comercial. Suas marcas, campanhas publicitárias e lançamentos continuaram a agitar o mercado, mostrando o impacto real do marketing de influência na economia. Ao longo do ano, Virginia, que hoje namora o jogador Vini Jr., do Real Madrid e da seleção brasileira, também se destacou pela capacidade de transformar sua rotina pessoal em produto midiático, mantendo engajamento alto e constante.



REDES CINEBUZZ

Em 2025, **Wagner Moura** destacou-se com o filme “O Agente Secreto”, de Kleber Mendonça. A produção consolidou sua trajetória como um dos atores brasileiros mais respeitados fora do país. O longa foi tratado como um dos projetos mais relevantes do ano, ampliando ainda mais o alcance do ator no exterior. Moura se destaca por suas escolhas artísticas, frequentemente associadas a temas sociais, históricos e políticos. Sua atuação reforçou o papel do artista como agente de reflexão. **E**

Comida

Culinária italiana, um tesouro cultural

A Unesco reconheceu a gastronomia
da Itália como patrimônio cultural
imaterial da humanidade



UNSPASH/PIXEL 1

Orecchiette con cime di rapa foi um dos exemplos apresentados pelo governo italiano

A Itália se tornou em dezembro o primeiro país do mundo a ter sua culinária reconhecida como patrimônio cultural imaterial da humanidade, um reconhecimento dado pela Unesco, agência cultural da ONU. O processo já durava dois anos e foi concluído, com aprovação por unanimidade, pelo Comitê Intergovernamental das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, composto por 24 nações, incluindo Alemanha, China, Espanha, França, Nigéria e Ucrânia.

O anúncio foi feito em assembleia da Unesco em Déli (Índia). Segundo o comunicado, a cozinha italiana é uma “fusão cultural e social de tradições culinárias”, além de “uma forma de cuidar de si e dos outros”. Na sessão, outros costumes alimentares foram incorporados à lista. Um deles é koshary, prato apimentado à base de lentilhas, arroz e macarrão amplamente consumido em barracas de rua no Egito.

Na candidatura, o governo italiano encaminhou um documento, sustentan-

do que a culinária do país compreende distintas culturas regionais, como o osobuco da Lombardia (carne com osso cozida lentamente, servida com gremolata, mistura de salsinha picada, raspas de limão siciliano e alho triturado) e o orecchiette con cime di rapa, da Puglia (massa na forma de orelha e folhas de uma espécie de brócolis ou nabo).

Os argumentos convenceram a Unesco, que reconhece que a cozinha italiana “favorece a inclusão social, promovendo o bem-estar e oferecendo um canal de aprendizado permanente entre gerações, reforçando laços, encorajando o compartilhamento e promovendo o senso de pertencimento”. A agência destacou que, para os italianos, cozinhar é uma atividade que enfatiza a intimidade com a comida, o respeito pelos ingredientes e os momentos compartilhados ao redor da mesa.

No texto que acompanha o título, a Unesco diz que pessoas de todas as idades e gêneros estão envolvidas com a culinária italiana, trocando receitas e dicas. As nonnas (avós) frequentemente transmitem pratos aos netos. Mas o conhecimento e as habilidades não se limitam ao âmbito familiar. Sabores e saberes são fornecidos também em escolas e universidades.

Cozinhar, assim, é um meio de comunidades compartilharem as suas histórias, um modo para que descrevam seu mundo. “A prática está enraizada em receitas que combatem o desperdício e na transmissão de sabores, habilidades e memórias entre gerações”, reforçou a entidade, que já havia tombado elementos específicos, como a arte dos pizzaiolos napolitanos.

A refeição gastronômica francesa obteve reconhecimento da agência da ONU, em 2010. O foco, porém, está na prática que começa com aperitivo e envolve quatro pratos – entrada, peixe ou carne com legumes, queijo e sobremesa. O título se limitou à refeição; não se trata da culinária do país. Esse feito foi conquistado, até o momento, apenas pela Itália. A “bota”, por sinal, conta agora com 21 bens culturais imateriais reconhecidos pela Unesco, nove deles ligados ao setor agroalimentar. **E**



"Ainda Estou Aqui", com Fernanda Torres, concorreu em três categorias no Oscar; venceu como Melhor Filme Internacional

DIVULGAÇÃO

O ano em que conquistamos o Oscar

De Veneza a Hollywood: a trajetória de "Ainda Estou Aqui", filme de Walter Salles que acumulou 61 prêmios e consagrou Fernanda Torres

Marília Barbosa

Dia 1º de setembro de 2024, 81º Festival de Veneza, na Itália. Foi ali o início de tudo. O sonho de ganhar o mundo com o filme "Ainda Estou Aqui" nasceu naquela ocasião, após o diretor do longa-metragem, Walter Salles, e parte do elenco, serem aplaudidos de pé pelo público por dez minutos após a première da obra, adaptação do livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva.

Foi ali que Fernanda Torres e Selton Mello, protagonistas da história, tiveram o primeiro estalo de que o

Brasil poderia ir longe na corrida cinematográfica mundial de 2025. Apesar de a dúvida pairar por aquelas cabeças ansiosas, o clima de Copa do Mundo já era uma realidade. E a confirmação veio com a estatueta de Melhor Roteiro do Festival de Veneza. Prêmio este que viria a ser o primeiro de 61 recebidos pelo mundo todo até o fim de 2025.

"Ainda Estou Aqui" foi um fenômeno de bilheteria no Brasil e no mundo, acumulou R\$ 104 milhões e 5 milhões de espectadores no Brasil, tornando-se um dos maiores sucessos nacionais

da história, segundo dados da Ancine, sendo a terceira maior bilheteria nacional desde 2018.

Durante seis meses, parte do elenco principal do filme viajou por diversos países para fazer a "lição de casa" e entregar uma campanha de nível global, rumo ao principal prêmio: o Oscar. De lá para cá, Fernanda Torres se tornou "embaixadora" do filme, percorrendo quase 100 mil quilômetros entre festivais, premiações e exhibições.

Quatro países depois, Fernanda, Walter Salles e a mãe da atriz, Fernanda Montenegro, participaram da pré-estreia brasileira do filme. Um mês após o primeiro sucesso de "Ainda Estou Aqui", em outubro, teve início uma maratona de festivais em Los Angeles, nos Estados Unidos.

Mais tarde, veio a indicação de Fernanda na categoria Melhor Atriz de Drama do Globo de Ouro. No dia 5 de janeiro de 2025, ela se tornou a primeira atriz brasileira a vencer o prêmio, mais de duas décadas depois da indicação de sua mãe ao mesmo prêmio – e o Brasil foi à festa nas redes sociais.

Do alto do palco da celebração, Fernanda dedicou a estatueta que segurava à Fernanda Montenegro. A mesma estatueta que lhe rendeu um "perrengue chique" dias depois, quando um fiscal de aeroporto a questionou por ter o troféu dentro de sua mala.

"É um Globo de Ouro! Ele disse: 'Posso ver que é um Globo de Ouro. Como você conseguiu isso?' Eu disse: 'Ganhei como Melhor Atriz de Drama!'", contou Fernanda no programa norte-americano "Jimmy Kimmel Live", arrancando risos da plateia.

Na sequência, "Ainda Estou Aqui" foi eleito o Melhor Filme Íbero-americano no Prêmio Goya, considerado o Oscar do cinema espanhol. Dias depois, Fernanda e o elenco foram ao Prêmio Bafta, em Londres, e seguiram a jornada até 2 de março de 2025, dia do Oscar.

O Brasil parou em pleno domingo de Carnaval para torcer pelo filme na premiação mais famosa do cinema. E, assim, o público aproveitou a maior festa do país para celebrar a estatueta de Melhor Filme Internacional, o primeiro Oscar do Brasil. Walter Salles subiu ao palco e agradeceu ao cinema



Ao lado de Selton Mello (que fez Rubens Paiva), Fernanda cumpriu uma rotina de festivais

DIVULGAÇÃO

explicação, e nunca mais voltou. A partir dali, Eunice se vê sozinha para criar os herdeiros e lutar para ter a confirmação de que Rubens, de fato, foi morto pelo regime. A primeira certidão de óbito dele saiu em 1996, após 25 anos de sua morte, por meio de uma batalha judicial encabeçada pela mulher, que se tornou uma importante advogada especializada em direitos humanos e direitos indígenas.

A certidão de óbito foi corrigida em janeiro de 2025, em meio ao sucesso do filme, indicando que a morte foi “violenta, causada pelo Estado brasileiro” durante a ditadura militar, como parte de uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para retificar documentos de vítimas do regime.

Prêmios

“Ainda Estou Aqui” também ganhou seis prêmios do júri popular nos festivais de Rotterdam; Vancouver; Mill Valley e Philadelphia Film Festival, nos Estados Unidos; Pessac, na França e na Mostra Internacional de Cinema de S. Paulo, sendo selecionado para mais de 50 festivais pelo Brasil e pelo mundo. **E**

brasileiro e dedicou o prêmio às duas Fernandas (mãe e filha) e à Eunice Paiva, que morreu em 2018.

O longa também foi indicado nas categorias Melhor Atriz, para Fernanda, e Melhor Filme, mas perdeu para “Anora” nas duas competições.

Ditadura militar

“Ainda Estou Aqui” é baseado em fatos reais e conta a história do engenheiro civil e político Rubens Paiva (Selton Mello), pai de cinco filhos, dentre eles Marcelo, o autor do livro. Ele foi preso em sua casa, no Rio de Janeiro, e assassinado durante a ditadura militar, em 1971. No entanto, a causa de sua morte não foi revelada por décadas. Nem seu corpo foi encontrado.

No filme, destaca-se a performance de Fernanda Torres, que deu vida à viúva Eunice Paiva. Ela passa a maior parte da trama tentando descobrir o paradeiro de seu marido, que foi levado pelos agentes militares de dentro de casa, na frente dos filhos, sem qualquer



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

O diretor Walter Salles subiu ao palco para receber a estatueta; Fernanda foi indicada a Melhor Atriz

Despedidas das artes à política

Reveja quem partiu em 2025, seus feitos, impactos e legados

Entre personalidades do Brasil e do mundo, o ano de 2025 perdeu nomes que causaram grande comoção popular – como os do papa Francisco, do ex-presidente uruguaio Pepé Mujica e dos artistas Preta Gil, Ozzy Osbourne e Robert Redford – e que eram talentos únicos, caso do fotógrafo Sebastião Salgado, da conservacionista Jane Goodall e dos músicos Hermeto Pascoal, Ângela Roro e Jards Macalé.

Janeiro



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

O cinema surrealista perdeu o mestre **David Lynch**, no dia 15. O diretor norte-americano é responsável por obras seminais como “Twin Peaks” e “Cidade dos Sonhos”. Faleceu aos 79 anos, deixando um legado inigualável na estética audiovisual.

No dia 16, calou-se uma das vozes mais marcantes do jornalismo esportivo brasileiro: **Léo Batista**. Falecido aos 92 anos, o locutor e apresentador encerrou uma extensa e bem-sucedida trajetória na TV.

Fevereiro



FERNANDO FRAZAO/AGÊNCIA BRASIL

O cinema nacional despediu-se de um de seus grandes diretores. **Cacá**

Diegues, membro da Academia Brasileira de Letras e fundador do Cinema Novo, morreu no dia 14, aos 84 anos, no Rio de Janeiro. Em sua carreira, estão títulos como “Bye Bye Brasil”, “Xica da Silva”, “Orfeu”, “Dias Melhores Virão” e “Deus é Brasileiro”.

O ator norte-americano **Gene Hackman**, de filmes como “Mississippi em Chamas” e “Os imperdoáveis”, faleceu aos 95 anos no dia 26. Seu corpo foi encontrado em sua casa, no Novo México (EUA). Sua esposa, Betsy Arakawa, havia morrido uma semana antes. Com problemas no coração e com Alzheimer em grau avançado, ele morreu provavelmente sem saber que havia perdido sua companheira.

Março



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

O esporte mundial despediu-se de uma lenda no dia 21. **George Foreman**, boxeador norte-americano bicampeão mundial dos pesos-pesados, morreu aos 76 anos.

Abril

Conhecido por papéis icônicos como Batman e Jim Morrison (“The Doors”), **Val Kilmer** morreu no dia 1º. Ele faleceu aos 65 anos, em Los Angeles, após longa batalha contra o câncer.



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

O mundo se entristeceu com a morte, no dia 21, do **papa Francisco** (o argentino Jorge Mario Bergoglio), aos 88 anos. O primeiro pontífice latino-americano faleceu no Vaticano após um acidente vascular cerebral, encerrando um papado voltado aos pobres. Uma multidão compareceu ao velório ou acompanhou as cerimônias de despedida do papa.

Maior



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

No feriado de 1º de maio, o Brasil perdeu o talento de **Nana Caymmi**, aos 84 anos. A cantora é filha de Dorival Caymmi e tem, entre suas canções mais famosas, “Acalanto”, “Só Louco” e “Resposta ao Vento”.



FOTOS REPRODUÇÃO O'INSTAGRAM

Aos 89 anos, o ex-presidente uruguaio **José "Pepe" Mujica**, faleceu no dia 13. Símbolo de humanismo na política, ele criticava o consumismo e levou uma vida simples. Durante seu mandato, Mujica não viveu na residência presidencial, preferindo continuar a morar em seu lar, um sítio nos arredores de Montevidéu, com a esposa, Lucía Topolansky. Morreu em sua casa.



ROVINA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Famoso globalmente, o mineiro **Sebastião Salgado**, fotógrafo de renome internacional, morreu aos 81 anos no dia 23, em Paris. Com suas imagens em preto e branco, registrou cenas impressionantes do homem sobre a Terra, como os trabalhadores de Serra Pelada e o êxodo de migrantes pelo mundo. Sua obra compreende mais de 120 países. Em 1998, ao lado da esposa Leila, fundou o Instituto Terra, que atua pelo reflorestamento.

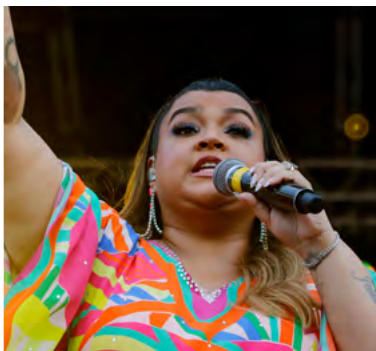
Junho

Gênio criativo dos Beach Boys, o músico **Brian Wilson** faleceu no dia 11, cerca de um mês depois da morte de sua esposa, Melinda. Estava com 82 anos. No ano anterior, teve o diagnóstico de demência. Algumas de suas canções, como "Surfin' USA", "California Girls", "Good Vibrations" e "God Only Knows", tornaram-se clássicos.



O Brasil acompanhou com angústia um acidente ocorrido com a publicitária **Juliana Marins**, uma niteroiense de 26 anos, que estava em viagem pela Ásia. No dia 20, ela subia o monte Rinjani, na Indonésia, quando caiu cerca de 200 metros da trilha, em um terreno íngreme. Foi filmada ainda viva por um drone. Porém, ela deslizou mais. Dias depois foi localizada por outro drone: estava a 400 metros. No dia 24, a equipe de resgate a encontrou a 650 metros. Estima-se que tenha morrido no dia 22, após a segunda queda.

Julho



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

O dia 20 foi marcado por uma intensa comoção nacional com a morte da cantora **Preta Gil**, aos 50 anos, após corajosa batalha contra o câncer. Filha de Gilberto Gil, ela lidava com as complicações de um tumor no intestino (adenocarcinoma), diagnosticado em janeiro de 2023. A artista estava nos EUA, para onde viajou em busca de novas terapias. Ela se preparava para retornar ao Brasil, quando teve uma piora em seu quadro de saúde.



O rock se despediu de **Ozzy Osbourne**, lendário vocalista do Black Sabbath, que morreu no dia 22, aos 76 anos. Ele estava em sua casa, cercado pela família. Ozzy lutava contra problemas como o Parkinson. A causa oficial da morte foi infarto agudo do miocárdio e parada cardíaca.

Agosto

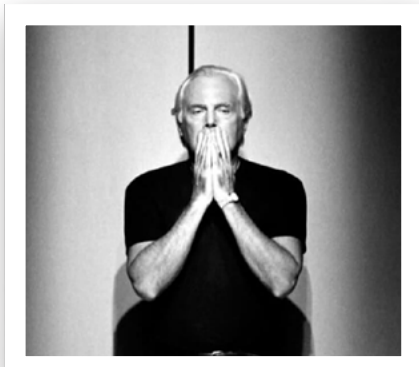


A morte do músico **Arlindo Cruz**, no dia 8, fez o samba emudecer. Estava com 66 anos. Internado no Hospital Barra D'Or, teve falência múltipla de órgãos, decorrente de sequelas de um AVC hemorrágico em 2017. Conhecido pela maestria no cavaquinho e no banjo e pela riqueza de suas letras, passou pelo grupo Fundo de Quintal e teve uma sólida carreira solo. Entre seus sucessos estão "Meu Lugar" e "O Show Tem Que Continuar".

Um dos maiores cronistas brasileiros, o gaúcho **Luis Fernando Veríssimo** morreu no dia 30, aos 88 anos, por complicações decorrentes de uma pneumonia. Esteve internado por quase 20 dias no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Publicou mais de 70 livros e teve cinco milhões de exemplares vendidos. Entre os personagens que criou estão o Analista de Bagé, a Velhinha de Taubaté e o detetive Ed Mort.

Setembro

Faleceu no dia 2, aos 91 anos, o jornalista **Mino Carta**, em São Paulo. Ele criou e comandou importantes publicações do país, como Jornal da Tarde, IstoÉ e Carta Capital.



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

No dia 4, o mundo da moda ficou sem seu imperador: **Giorgio Armani** partiu aos 91 anos, em Milão. O legado do criador do Grupo Armani está marcado por uma moda com elegância minimalista e alfaiataria revolucionária.

A cantora **Angela Ro Ro** faleceu aos 75 anos, no Rio de Janeiro, no dia 8. Dona de uma voz rouca e personalidade inconfundível, ela estava hospitalizada desde junho, com quadro de infecção pulmonar. Ela deixa mais de uma centena de gravações em 14 discos, tendo “Amor Meu Grande Amor” como um de seus maiores sucessos.



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Gênio artístico, **Hermeto Pascoal**, também chamado de “bruxo” por seu talento inigualável de fazer música com qualquer objeto ou manifestação sonora, faleceu no dia 13, no Rio de Janeiro. O multi-instrumentista era reverenciado no mundo todo. Estava com 89 anos.



KEN DARE/LOS ANGELES TIMES

Hollywood e o mundo do cinema, entre cineastas e fãs, renderam amplas homenagens a **Robert Redford**, ator, diretor, ativista e fundador do Festival Sundance, que morreu no dia 16, aos 89 anos. Eternizado em filmes como “Butch Cassidy” e “Todos os Homens do Presidente”, ele era um defensor do cinema independente.

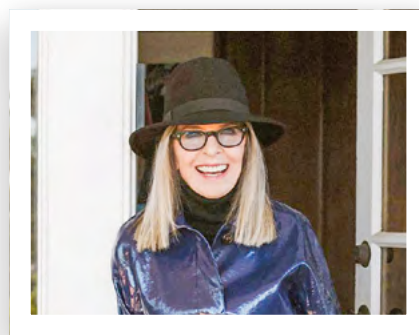


REPRODUÇÃO

A atriz franco-italiana **Claudia Cardinale** morreu, aos 87 anos, no dia 23, na região de Paris. Referência do cinema dos anos 1960 e inspiração de cineastas como Federico Fellini e Luchino Visconti, estreou clássicos como “O Leopardo”, “Era uma Vez no Oeste” e “A Pantera Cor-de-Rosa”.

Outubro

A ciência perdeu um de seus grandes nomes no dia 1º, quando faleceu a primatologista britânica e conservacionista **Jane Goodall**, aos 91 anos, pioneira no estudo dos chimpanzés. Em 1977, criou o Instituto Jane Goodall, destinado a promover a compreensão e a proteção dos grandes símios e de seu habitat.



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

A atriz **Diane Keaton**, dona de um Oscar por “Noivo Neurótico, Noiva Nervosa”, morreu aos 79 anos no dia 11, na Califórnia. A eterna Annie Hall brilhou também por seu estilo que quebrou padrões.

Novembro

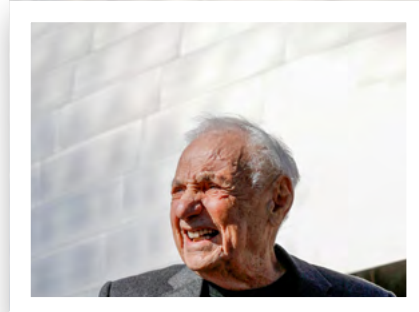


DIVULGAÇÃO

No dia 2, morreu o músico **Lô Borges**, integrante do Clube da Esquina, aos 73 anos, devido a falência múltipla de órgãos. Um de seus sucessos é “Um Girassol da Cor do Seu Cabelo”.

O Brasil se despediu de **Jards Macalé**. Autor de “Vapor Barato”, ele morreu aos 82 anos, no dia 17, no Rio.

Dezembro



MIKE BLAKE/REUTERS

No dia 5, faleceu o arquiteto **Frank Gehry**, aos 96 anos. Entre suas obras mais conhecidas está o Museu Guggenheim de Bilbao, na Espanha. **E**

Do vira-lata caramelo à estátua da Havan

Foi um ano movimentado nas redes sociais de IstoÉ. Do “abraço” do Cristo Redentor em um pet à repercussão da morte de Preta Gil, passando pelas entrevistas de Erika Hilton e Carol Castro, confira o que mais chamou atenção dos leitores.

Stephanie Mecco

Cristo Redentor “abraça” caramelo

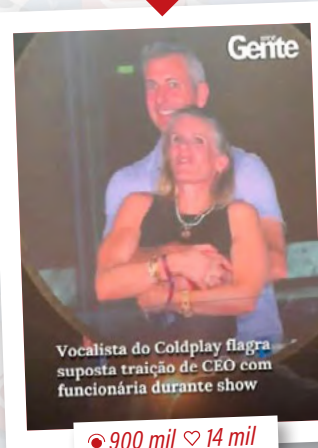
Pela primeira vez, o Cristo Redentor abraçou um pet. A projeção no monumento aconteceu na noite de 4 de abril, uma sexta-feira, marcando o Dia Mundial dos Animais de Rua. A ação, promovida pela GoldeN, buscou sensibilizar o público sobre a importância da adoção responsável. A data chama atenção para bichos resgatados que ainda precisam de um lar. Um teste foi realizado na véspera. O Cristo Redentor abraçando um vira-lata caramelo, com a mensagem “Adotar é nutrir amor”, cativou o público.



1,5 mi 44 mil

Traição revelada em show do Coldplay

Durante um show do Coldplay, em Boston (EUA), Chris Martin fez uma brincadeira ao flagrar um casal no telão. O que poderia ser divertido virou polêmica: o homem em questão era Andy Byron, CEO da empresa Astronomer, casado e pai de dois filhos. A mulher, Kristin Cabot, era a chefe de RH da companhia. Rapidamente, o vídeo viralizou. Os dois deixaram a corporação.



900 mil 14 mil

Virgínia Fonseca, bet e bônus

A influenciadora Virgínia Fonseca negou ter lucrado com as perdas de seus seguidores em empresas de apostas online, uma suposta cláusula no contrato que firmou com a Esportes da Sorte. Em depoimento à CPI das bets, em maio, ela disse que, além do valor contratado inicialmente — com duração de 18 meses —, poderia receber um “adicional de 30%”, caso a companhia dobrasse seus lucros a partir da divulgação.



936 mil 11 mil

Brinquedo de parque temático deixa 23 feridos

Um acidente com uma atração do parque temático Green Mountain Park, em Taif, na Arábia Saudita, deixou ao menos 23 pessoas feridas em julho. Imagens compartilhadas nas redes mostraram o momento em que um poste que sustentava um brinquedo conhecido como “360 graus” se parte e leva a estrutura ao chão.



564 mil 8,5 mil



Preta Gil 1974-2025

Vídeo reportou a morte da cantora Preta Gil, aos 50 anos, em julho, após complicações em decorrência de um câncer. A artista estava nos EUA em busca de um novo tratamento contra a doença.

www.istoe.com.br

TikTok: www.tiktok.com/@revistaistoe

Instagram: www.instagram.com/revistaistoe/

LinkedIn: www.linkedin.com/company/istoe

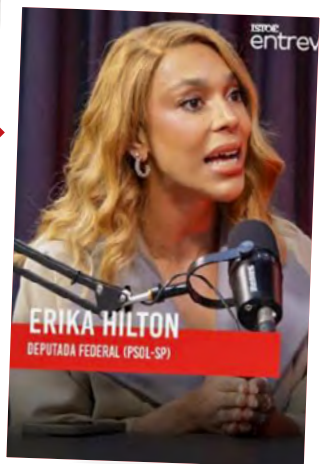
YouTube: youtube.com/@revistaISTOE

X: x.com/istoe

Facebook: www.facebook.com/istoedinheiro

Erika Hilton, assessores e maquiagem

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) minimizou uma polêmica sobre nomeação de maquiadores como seus assessores. Em entrevista à IstoÉ, ela disse que usa a moda como ferramenta de trabalho. Em junho, Erika foi alvo de críticas após um assessor de seu gabinete publicar uma foto maquiando a deputada. “Há uma tentativa de desmoralizar todo o trabalho que a minha equipe vem realizando. Eu tenho maquiadores, bordadeiras e outros que trabalham em meu gabinete e têm atribuições administrativas que são facilmente comprovadas”, rebateu.



558 mi 46 mil

Carol Castro, Carnaval e Virgínia na Grande Rio

A atriz Carol Castro comentou, em entrevista para IstoÉ, a repercussão causada após questionar a escolha de Virgínia Fonseca como rainha de bateria da Grande Rio. “Em 2026, o enredo da Grande Rio é sobre o movimento mangubeat, que surgiu para denunciar desigualdades sociais e a pobreza. Aí, colocam a Virgínia como rainha de bateria, que há uma semana estava despojoando na CPI das Bets por ganhar dinheiro em cima de pobres”, escreveu nas redes na ocasião.



3,7 mi 226 mil

O risco do metanol

Com uma morte confirmada e outras cinco sob investigação por suspeita de ingestão de metanol em São Paulo, especialistas alertaram em outubro para o risco de consumir bebidas alcoólicas. Luís Penna, gerente médico do Pronto Atendimento do Sírio-Libanês, disse à IstoÉ que a intoxicação é tratável, em especial se identificada rapidamente, mas observou que o aumento de casos pode gerar uma “calamidade pública” e dificultar o atendimento nos hospitais. Já Arthur Rollo, ex-Secretário Nacional do Consumidor, defendeu que associações, marcas e autoridades se mobilizassem para identificar as bebidas adulteradas.



458 mil 17 mil

Vendaval derruba estátua da Havan

Um forte temporal com rajadas intensas de vento atingiu a região Metropolitana de Porto Alegre em dezembro, causando transtornos em várias cidades, incluindo interrupções no fornecimento de energia. Em Guaíba, uma réplica da Estátua da Liberdade, instalada em frente à megaloja da rede Havan, foi derrubada. A estrutura, que mede cerca de 24 metros de altura, não resistiu à força dos ventos e tombou completamente.



564 mil 8,5 mil

Prefeito de Cuiabá que dispensou “dinheiro de Lula” e o decreto de calamidade

Após dez meses de mandato, o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), esteve perto de anunciar o segundo decreto de calamidade financeira na cidade mato-grossense. O primeiro ocorreu no início de 2025, três dias após assumir o cargo. Na ocasião, foram determinados 180 dias de calamidade e redução de despesas em 40%. A medida não foi suficiente para reverter a crise da cidade.



1 mi 14 mil

Paixão sobre rodas.

MOTOR SHOW

www.motorshow.com.br

